



MESTRADO PROFISSIONAL DE SOCIOLOGIA EM REDE NACIONAL
FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO - FUNDAJ

DANIELA PIMENTEL AMORIM RABELLO

**UM ESTUDO DE CASO SOBRE AS DESIGUALDADES EDUCACIONAIS
EM UMA ESCOLA INTEGRAL E UMA ESCOLA REGULAR DO ESTADO
DE PERNAMBUCO: UM OLHAR SOCIOLÓGICO**

Recife
2023

DANIELA PIMENTEL AMORIM RABELLO

**UM ESTUDO DE CASO SOBRE AS DESIGUALDADES EDUCACIONAIS
EM UMA ESCOLA INTEGRAL E UMA ESCOLA REGULAR DO ESTADO
DE PERNAMBUCO: UM OLHAR SOCIOLÓGICO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação/Fundação Joaquim Nabuco – ProfSocio, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Sociologia.

Linha 1 – Educação, Escola e Sociedade

Orientadora: Profa. Dra. Ana de Fátima Pereira de Sousa Abranches

Recife
2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Fundação Joaquim Nabuco - Biblioteca)

R114e Rabello, Daniela Pimentel Amorim

Um estudo de caso sobre as desigualdades educacionais em uma escola integral e uma escola regular do Estado de Pernambuco: um olhar sociológico / Daniela Pimentel Amorim Rabello. - Recife: O Autor, 2023.

99 p.: il.

Orientadora: Dr^a. Ana de Fátima Pereira de Sousa Abranches

Trabalho de conclusão de curso (Mestrado) – Programa de Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional – ProfSocio, Fundação Joaquim Nabuco, Recife, 2023

Inclui bibliografia

FOLHA DE APROVAÇÃO

Daniela Pimentel Amorim Rabello

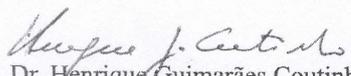
UM ESTUDO DE CASO SOBRE AS DESIGUALDADES EDUCACIONAIS EM UMA ESCOLA INTEGRAL E UMA ESCOLA REGULAR DO ESTADO DE PERNAMBUCO: UM OLHAR SOCIOLÓGICO

Trabalho aprovado em 26 de outubro de 2023 em banca presencial

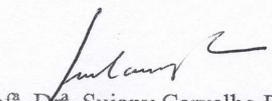
BANCA EXAMINADORA


Prof.^a Dr.^a Ana de Fátima Pereira de Sousa Abranches

Orientadora - ProfSocio/Fundaj


Prof. Dr. Henrique Guimarães Coutinho

Examinador interno - ProfSocio/Fundaj


Prof.^a Dr.^a Suiany Carvalho Padilha

Examinadora externa - Fundaj

Dedico esse trabalho a meu Deus... Sem Ti, eu não teria chegado até aqui.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por nunca me abandonar nas dificuldades e diante dos obstáculos ao longo desse curso e sempre pronto a me guiar.

Agradeço a minha família por sempre me incentivar, e aos meus filhos tão importantes para mim.

Agradeço a meu companheiro por me entender e me ajudar durante essa etapa tão importante de minha vida.

Agradeço aos meus amigos por me apoiarem e trocarmos experiências tão válidas e tão profundas.

Agradeço a minha orientadora, Ana Abranches, por todas as orientações, conselhos, paciência e amizade, muito obrigada.

Agradeço a todos e todas que fizeram parte desse momento tão importante e único para mim.

RESUMO

Esta Dissertação é resultado de uma pesquisa sobre Um Estudo de Caso sobre as Desigualdades Educacionais em uma Escola Integral e uma Escola Regular do estado de Pernambuco: um olhar sociológico. Logo, a partir de um olhar sociológico levantou-se a hipótese de que a política da rede estadual de educação com diferentes tipos de escolas dentro da mesma Rede de Ensino, como as Escolas de Referência em Ensino Médio (EREM) e a Escolas Regulares, contribui com a desigualdade educacional entre os estudantes do Ensino Médio. A pesquisa foi desenvolvida a partir do Estudo de Casos Múltiplos, análise documental das escolas da Rede Estadual, estudo bibliográfico, estudo das literaturas das áreas de Educação e da Sociologia e pesquisa de campo com aplicação de um questionário nos terceiros anos do ensino médio em 2 escolas estaduais, sendo uma regular e uma integral (EREM), ambas com baixo IDEB, no recorte de 2019 na Gerência Regional Recife Sul. Buscou-se analisar o Programa de Educação Integral (PEI), caracterizar as escolas a partir das avaliações de larga escala e compreender as desigualdades educacionais com enfoque nos estudantes. O estudo aponta que as questões fundantes da educação pública em Pernambuco precisam ser fortalecidas com políticas públicas específicas para a juventude do ensino médio que estuda na rede pública de educação, com melhorias nas escolas e ampliação da educação integral, bem como melhoria de condições de trabalho para os docentes. Agregadas a estes fatores outras políticas que promovam o acesso aos bens culturais e melhoria de renda das famílias com vistas a corrigir as desigualdades sociais e educacionais do estado.

Palavras-Chave: Desigualdades Educacionais. Ensino Médio. Escola Pública.

ABSTRACT

This Dissertation is the result of research on A Case Study on Educational Inequalities in a Comprehensive School and a Regular School in the state of Pernambuco: a sociological look. Therefore, from a sociological perspective, the hypothesis was raised that the policy of the state education network with different types of schools within the same Education Network, such as High School Reference Schools (EREM) and Regular Schools, contributes to educational inequality among high school students. The research was developed based on the Multiple Case Study, documentary analysis of schools in the State Network, bibliographic study, study of literature in the areas of Education and Sociology and field research with the application of a questionnaire in the third years of high school in 2 state schools, one regular and one integral (EREM), both with low IDEB, in the 2019 cutoff in the Recife Sul Regional Management. We sought to analyze the Integral Education Program (PEI), characterize the schools based on broad assessments scale and understand educational inequalities with a focus on students. The study points out that the fundamental issues of public education in Pernambuco need to be strengthened with specific public policies for high school youth who study in the public education network, with improvements in schools and expansion of comprehensive education, as well as improved working conditions. for teachers. Added to these factors are other policies that promote access to cultural goods and improve family income with a view to correcting the state's social and educational inequalities.

Keywords: Educational Inequalities. High school. Public school.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01 - TAXA DE FREQUÊNCIA À ESCOLA POPULAÇÃO DE 15 A 17 ANOS 2001-2012	30
GRÁFICO 02 - PERCENTUAL DE MATRÍCULAS NO ENSINO MÉDIO SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA (REDE PRIVADA SEPARADA EM CONVENIADA E NÃO CONVENIADA COM A REDE PÚBLICA) – PERNAMBUCO – 2017 - 2021	33
GRÁFICO 03 – IDADE DOS ESTUDANTES	51
GRÁFICO 04 - AUTOCLASSIFICAÇÃO DOS ESTUDANTES DE ACORDO COM O IBGE.....	52
GRÁFICO 05 - PESSOAS QUE MORAM COM OS ESTUDANTES.....	53
GRÁFICO 06 - DESCRIÇÃO DOS ITENS NA CASA DOS ESTUDANTES DA ESCOLA REGULAR V19	54
GRÁFICO 07- DESCRIÇÃO DOS ITENS NA CASA DOS ESTUDANTES DA EREM I	55
GRÁFICO 08 - COM QUEM MORAM OS ESTUDANTES.....	60
GRÁFICO 09 - RESPONSÁVEL PELOS ESTUDANTES	57
GRÁFICO 10 - ESCOLARIDADE DO RESPONSÁVEIS	59
GRÁFICO 11 - RELAÇÃO DOS ESTUDANTES COM O TRABALHO E A ESCOLA.....	60
GRÁFICO 12 - CONTRIBUIÇÃO DOS ESTUDANTES COM A RENDA FAMILIAR	61
GRÁFICO 13 - TEMPO EM QUE O ESTUDANTE ESTUDA EM ESCOLA PÚBLICA	62
GRÁFICO 14 - PLANEJAMENTO DOS ESTUDANTES QUANDO TERMINAR O ENSINO MÉDIO.....	63
GRÁFICO 15 - VISÃO DOS ESTUDANTES SOBRE A EDUCAÇÃO ESCOLAR.....	65
GRÁFICO 16 - OPINIÃO DOS ESTUDANTES SOBRE A ESCOLA SER VIOLENTA	66
GRÁFICO 17 - RELATO DOS ESTUDANTES SOBRE BULLYING NA ESCOLA	67
GRÁFICO 18 - PERGUNTA AOS ESTUDANTES SOBRE O ENEM.....	68
GRÁFICO 19 - TAXA DE REPROVAÇÃO DOS ESTUDANTES.....	69
GRÁFICO 20 - O QUE OS ESTUDANTES PENSAM DOS PROFESSORES	70

GRÁFICO 21 - MAIORES PROBLEMAS DOS ESTUDANTES NA ESCOLA.....	71
GRÁFICO 22 - ACESSO À INTERNET NA CASA DOS ESTUDANTES	72
GRÁFICO 23 - ACESSO DOS ESTUDANTES ÀS MÍDIAS DIGITAIS E À INTERNET	73
GRÁFICO 24 - FREQUÊNCIA DE LEITURAS DOS ESTUDANTES	74
GRÁFICO 25 - OPINIÃO DOS ESTUDANTES SOBRE AS COTAS PARA O INGRESSO NO ENSINO SUPERIOR.....	75
GRÁFICO 26 - PERGUNTA SOBRE SE JÁ SOFREU DISCRIMINAÇÃO RACIAL..	76
GRÁFICO 27 - EXISTE IGUALDADE ENTRE NEGROS E BRANCOS NO BRASIL?	77
GRÁFICO 28 - CONTEÚDOS CONSIDERADOS IMPORTANTES PELOS ESTUDANTES PARA SEREM DEBATIDOS NA ESCOLA.....	77
GRÁFICO 29 - PERGUNTA SOBRE SE A POLÍTICA INFLUENCIA EM ALGO NA VIDA DOS ESTUDANTES	78
GRÁFICO 30 - ATIVIDADES EXTRAESCOLARES.....	79
GRÁFICO 31 - QUESTIONAMENTO AOS ESTUDANTES SOBRE OS RECURSOS DA ESCOLA.....	80
GRÁFICO 32 - VISÃO DOS ESTUDANTES SOBRE A ESCOLA.....	81

LISTA DE TABELAS

TABELA 01 - ESCOLAS SELECIONADAS.....	44
TABELA 02 - ESCOLAS SEMI-INTEGRAIS E INTEGRAIS.....	45
TABELA 03 - ESCOLAS REGULARES	46

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

B.D.T.D.	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BDE	Bônus de Desenvolvimento Educacional
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CASE	Centros de Atendimento Socioeducativo
CENIP	Centro de Internação Provisória
CF	Constituição Federal
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNE	Conselho Nacional de Educação
CTD	Contrato por Tempo Determinado
DCNEM	Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio
DEEP	Diretoria de Estatísticas Educacionais
EC	Emenda Constitucional
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ENEM	Exame Nacional de Ensino Médio
EREF	Escola de Referência em Ensino Fundamental
EREFEM	Escola de Referência de Ensino Fundamental e Médio
EREM	Escola de Referência em Ensino Médio
ETE	Escola Técnica Estadual
FGB	Formação Geral Básica
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FNDEP	Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa
FNE	Fundo Nacional de Educação
FUNDEB	Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento da Educação e de valorização dos profissionais da educação
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
GRE	Gerência Regional de Educação
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDEPE	Índice de Educação de Pernambuco
IF	Itinerário Formativo
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação e Cultura
OCDE	Organização para Cooperação e o Desenvolvimento Econômico
P.U.C.R.S.	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PDE	Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação
PEI	Programa de Educação Integral
PISA	Programa Internacional de Avaliação de Estudantes
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNE	Plano Nacional de Educação
PPE	Política Pública Educacional
PROUNI	Programa Universidade para Todos
SAEB	Sistema Nacional de Avaliação de Educação Básica
SAEPE	Sistema de Avaliação Educacional de Pernambuco
SEE	Secretaria da Educação e Esportes de Pernambuco
TIC	Tecnologia de Informação e Comunicação
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 DESIGUALDADES SOCIAIS E EDUCAÇÃO.....	20
2.1 Educação no contexto das Reformas.....	23
2.2 Educação e Ensino Médio	29
2.3 Ensino Médio de Pernambuco	35
3 O CAMINHO ESCOLHIDO PARA FAZER A PESQUISA: DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	42
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	84
REFERÊNCIAS.....	88

1 INTRODUÇÃO

O Estado de Pernambuco enfrenta desafios educacionais de longa data e que ainda estão presente na realidade das escolas. A disparidade entre as Escolas Integrais, que oferecem jornada ampliada e uma abordagem mais abrangente ao aprendizado, e as Escolas Regulares é evidente. O acesso a recursos educacionais, a qualidade do ensino e as oportunidades de desenvolvimento serão estudadas a partir desses dois tipos de escolas. Essas desigualdades podem ter consequências duradouras na vida dos estudantes e perpetuar ciclos de mobilidade social fazendo com que a eterna luta de classes entre ricos e pobres nunca acabe. A pesquisa trata de um estudo de caso sobre as desigualdades educacionais em escolas públicas do Estado de Pernambuco a partir de um olhar sociológico.

A rede de ensino médio público em Pernambuco foi escolhida como campo de pesquisa por se tratar da minha realidade, tendo em vista que faço parte do quadro de professores efetivos estaduais. A maior parte das escolas nas quais trabalhei localizam-se nas periferias da cidade do Recife e não são raros os estudantes que chegam ao Ensino Médio sem o mínimo necessário para se desenvolverem nessa etapa da Educação Básica de acordo com as avaliações internas e externas. Tive muitos alunos que, sequer, sabiam ler; outros tantos, mal sabiam escrever o próprio nome. Foi um período muito difícil, pois os estudantes eram (são) muito carentes e muito vulneráveis socioeconomicamente.

Em uma Escola Regular que fui lotada, além de lecionar a disciplina de Língua Portuguesa, lecionei também Filosofia e Sociologia. Em seguida pedi transferência para uma Escola Técnica e apesar dos alunos da Escola Técnica terem passado por processo seletivo para estudar na escola, o conhecimento deles não era compatível com o que era exigido pelo currículo. Além disso, os professores eram cobrados, exaustivamente, pelos resultados positivos desses alunos, sobretudo nas avaliações externas. Minha permanência na escola fora de apenas um ano. Foram muitos acontecimentos difíceis. Momentos esses, os quais parava a pensar sobre como o Estado de Pernambuco, tão rico, produtivo, tido como uma referência em Educação, com tantos investimentos ainda reflete desigualdades tão agudas. Outro ponto fulcral o qual me ponho a pensar é sobre a implantação das escolas de tempo integral e semi-integral, com modelos curriculares diferentes,

sobretudo, após a aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC-EM) aprovada em 4 de dezembro de 2018 - (esta última trata-se de mais uma “odisséia” no sistema educacional que não pretendo me aprofundar nessa pesquisa).

A rede estadual de ensino de Pernambuco possui cinco tipos diferentes de escolas, isso sem contar com as Escolas Prisionais, Escolas Indígenas, CASEs (Centros de Atendimento Socioeducativo) para adolescentes em regime de semiliberdade e Centro de Internação Provisória (CENIP) para adolescentes aguardando audiência com o(a) juiz(a). Abaixo listamos os tipos de Escolas da Rede estadual:

- 1) Escolas de Referência em Ensino Médio, que podem ser integrais ou integral de dois turnos (a antiga semi-integral)(EREM);
- 2) Escola de Referência em Ensino Fundamental e Médio(EREFEM) que podem ser: semi-integral ou semi-integral de dois turnos;
- 3) Escolas Técnicas Estaduais(ETE) que são integrais; e mais recentemente;
- 4) Escola de Referência em Ensino Fundamental (EREF) que são escolas semi-integrais.

Nesse sentido, resolvemos pesquisar o recorte do Ensino Médio em uma Escola de Referência em Ensino Médio (Integral) e uma Escola Regular na Rede Estadual de Pernambuco e analisar as desigualdades educacionais em uma Escola Integral e em uma Escola Regular, adotando uma abordagem sociológica porque queríamos compreender o motivo de tantas escolas diferentes dentro da mesma rede de ensino. A escolha das escolas se deu porque ambas são da mesma cidade, são de periferia, estavam com o índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) abaixo da meta estabelecida pela secretaria de Educação e Gerência Regional de Educação (GRE).

O formato das escolas dentro da Rede Estadual de Educação do Estado de Pernambuco são as seguintes:

- A Escola Regular é composta de cinco aulas por turno, podendo ser de três turnos (manhã, tarde e noite), ou seja, 20 horas semanais, caso seja diurna, se for noturna esse quantitativo diminui para 16 horas e 50 minutos por semana.

- A Escola de Referência em Ensino Médio (EREM) possui dois modelos: integral e integral de dois turnos (a antiga semi-integral). Essas Escolas de Referência possuem um tempo que é organizado para atender os estudantes em

jornada ampliada da aprendizagem. As escolas integrais possuem uma carga horária de 45 horas semanais e que funcionam com professores e estudantes em tempo integral, durante os cinco dias da semana.

- As escolas integrais de dois turnos, possuem uma jornada de 35 horas semanais e funcionam com professores trabalhando cinco manhãs e três tardes ou cinco tardes e três manhãs, mas os estudantes ficam cinco manhãs e duas tardes ou cinco tardes e duas manhãs. Ou seja, os professores ficam um turno a mais que os alunos para planejamentos de aulas atividade e/ou reuniões.

Mais recentemente, a escola integral de dois turnos passou a ter uma jornada que inicia-se as 7:30 da manhã até às 14:30, o que corresponde ao primeiro turno. Já o segundo, começa suas atividades às 14:40 e se estende até às 21:30h.

Ora, não é preciso de muito esforço para perceber que os alunos de uma escola regular já se encontram em desvantagem em relação àqueles que estudam em uma EREM. Afinal, são menos horas de estudo e preparação seja para avaliações externas como o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), por exemplo, ou para o mercado de trabalho.

Neste sentido, para o sociólogo francês Pierre Bourdieu (2007), a escola cumpre a função de reprodução das estruturas sociais. Dito de outra forma:

“A herança cultural [...] é responsável pela diferença inicial das crianças diante da experiência escolar e, conseqüentemente, pelas taxas de êxitos; então, se o sistema de ensino se apresenta igualitário a indivíduos que se distinguem em uma série de situações, logo, a igualdade de condições torna-se desigualdades de rendimentos e desempenhos” (BOURDIEU, 2007, p.41-42).

É fato notório que a educação é fundamental para corrigir as distorções sociais, assim como, promover melhores condições de vida e uma sociedade mais igualitária. Uma rede com escolas tão diferentes em currículo e carga horária provoca muitas reflexões críticas diante das distorções criadas.

A educação brasileira é motivo de muita discussão a qual busca, em tese, a democratização do ensino e a justiça social. Pensando nesse formato de “igualdade de direitos”, a Constituição Federal (CF) considerada cidadã e prestes há completar 35 anos, trouxe significativos avanços para a Democracia a qual possui como um de seus pilares a Educação. Nela, está declarado que todos têm o direito à educação, assim como sua família e que deverá ser incentivada e apoiada

por toda a sociedade, para promoção da cidadania. Entretanto, apesar dos direitos assegurados em Lei, isso não garante aos estudantes brasileiros a tão sonhada isonomia. Além disso, primeiramente, faz-se necessário reconhecer quem são “todos” que a Constituição se refere e que famílias são essas.

Do ponto de vista socioeconômico, fatores como as desigualdades educacionais estão intrinsecamente relacionadas às condições socioeconômicas das famílias dos estudantes. A Escola Integral geralmente atrai estudantes de famílias com maior capital social e econômico donde se têm recursos a mais para oferecer suporte adicional aos filhos. Esses alunos podem ter acesso a materiais didáticos de qualidade, aulas particulares e outros recursos que os ajudam na sua vida enquanto estudantes. Já na Escola Regular, é mais comum encontrar estudantes de famílias com menor renda e acesso limitado a recursos educacionais, o que pode impactar o seu desempenho escolar. Em ambas as escolas não há processo seletivo para estudar nelas, basta se matricular.

Quando resolvemos pesquisar sobre desigualdade educacional me questionamos:

- a) Quem são os estudantes que estão matriculados em Escolas Regulares e quais são os que estão matriculados em Escolas de Referência em Ensino Médio (EREM)?
- b) Como avaliar estudantes de Escolas Integrais e Escolas Regulares a partir do mesmo instrumento nas avaliações externas que determinam os Índices de Desenvolvimento da Educação Básica no Brasil (IDEB) e os Índices de Desenvolvimento da Educação Básica em Pernambuco (SAEPE)?

Delimitação do problema:

Pernambuco estabelece índices para o desenvolvimento da Educação Básica da Rede Estadual de Ensino em uma realidade de escolas com cargas horárias diferentes, organização curricular diferentes e tipos diferentes de funcionamento.

Hipótese:

O Programa de Educação Integral do Estado de Pernambuco, com sua política de escolas de “Referência”, quando confrontados à Escola Regular, corroboram com as desigualdades educacionais entre os estudantes do Ensino Médio.

Isso porque, quando se pensa na escola pública como uma importante responsável em proporcionar aos filhos da classe trabalhadora acesso à educação, é preciso esclarecer alguns pontos: a maior parte da população em idade escolar está matriculada nas escolas públicas; a grande maioria desses jovens estudantes é oriunda de famílias que possuem limitações orçamentárias e a educação desses alunos é delegada à escola pública. Então, é fundamental investigar o porquê de tantas tentativas de precarizar o ensino público e diferenciar o que deveria ser o mesmo currículo para todos os jovens que se matriculassem em uma escola pública.

Definição do objeto:

Um olhar sociológico sobre as desigualdades educacionais existentes entre uma Escola de Referência e uma Escola Regular no Ensino Médio de Pernambuco, todas com baixo IDEB no Estado de Pernambuco.

Objetivo Geral:

- Analisar as desigualdades educacionais em uma Escola de Referência com baixo IDEB e uma Escola Regular também com baixo IDEB, a partir de um olhar sociológico.

Objetivos Específicos:

- Analisar o Programa de Educação Integral da rede estadual de educação de Pernambuco (PEI).
- Caracterizar uma Escola de Referência com menor IDEB e uma Escola Regular a partir dos resultados das avaliações de larga escala de 2019.
- Compreender as desigualdades educacionais a partir dos estudantes.
- Caracterizar as escolas pelos equipamentos, instalações e recursos do PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola) e a relação com os resultados das avaliações de larga escala (IDEB).
- Caracterizar o corpo docente das escolas a partir de sua formação.
- Analisar os resultados dos discentes no ano de 2019 nas escolas.
- Compreender o perfil socioeconômico dos discentes das escolas.

2 DESIGUALDADES SOCIAIS E EDUCAÇÃO

A desigualdade educacional no Brasil é um problema que preocupa estudiosos da educação brasileira há várias décadas. A partir de 1990, o acesso à educação aumentou o que foi chamado de universalização ao ensino. Entretanto, o que poderia transcorrer naturalmente tornou-se um problema, visto que o Estado brasileiro não estava suficientemente preparado para receber a grande demanda de estudantes na rede pública de ensino. Isto é, as oportunidades de acesso ao ensino aumentaram, mas desconsideraram-se a necessidade e as defasagens educacionais daqueles estudantes. Eles estavam matriculados nas escolas e ainda assim não conseguiam obter o desempenho escolar esperado de acordo com os parâmetros exigidos pela instituição.

As desigualdades sociais e a educação são temas interligados e de extrema relevância para o desenvolvimento de uma sociedade justa e igualitária. A relação entre esses dois aspectos é complexa e pode variar de acordo com o contexto e as políticas implementadas em cada país. Isso porque, as desigualdades sociais frequentemente se manifestam na dificuldade de acesso à educação de qualidade para todos os indivíduos. Pessoas de baixa renda, pequenos grupos inseridos na vulnerabilidade social, além moradores de áreas rurais muitas vezes enfrentam obstáculos como falta de escolas próximas, transporte, materiais didáticos e até mesmo o custo associado à educação.

Nesse sentido, mesmo quando o acesso à educação é garantido, ainda pode haver diferenças significativas na qualidade do ensino entre diferentes grupos socioeconômicos. As escolas localizadas em áreas mais carentes podem enfrentar desafios estruturais, falta de recursos e professores menos capacitados, o que influencia diretamente o aprendizado dos estudantes.

Sabe-se que o processo educacional de um povo está diretamente ligado à sua cultura e dessa forma os projetos políticos voltados às diferentes culturas não alcançarão êxito se esse fato for desconsiderado. É importante observar que o modelo de gestão escolar atual institui a meritocracia, que desconsidera as condições socioculturais e econômicas do indivíduo. E, ao ignorar a bagagem cultural dos alunos, as escolas segregam parte dos estudantes que não tiveram acesso aos bens culturais devido à classe social na qual estão inseridos, pois, a ideia de igualdade de oportunidades desconsidera a desigualdade de condições.

Dessa forma, constata-se que a desigualdade se dá de maneira mais contundente no Nordeste, pois, de acordo com os dados da PNAD contínua 2015, 52,6% dos estudantes sequer concluíram o Ensino Fundamental. Tais dados demonstram que, para os atores escolares, a violência simbólica (Bourdieu,2007) ocorre de maneira sutil, silenciosa e quase imperceptível. Isso contribui para o baixo rendimento dos estudantes, a desistência, e assim a perpetuação da desigualdade social e como essa compromete a educação e a desigualdade escolar.

Somado a isso, a educação pode tanto ser uma ferramenta para diminuir as desigualdades sociais quanto um mecanismo que as perpetua. Quando há um sistema educacional desigual, com escolas de diferentes níveis de qualidade, aqueles que já estão em posição de vantagem tendem a manter essa posição, enquanto os menos privilegiados têm mais dificuldades para progredir.

Em algumas sociedades, especialmente em contextos tradicionais ou conservadores, pode haver expectativas culturais que limitam a educação de meninas e mulheres, perpetuando a desigualdade de gênero. Para lidar com essas desigualdades, são necessárias políticas educacionais inclusivas e abrangentes que visem a reduzir as disparidades socioeconômicas. Isso pode incluir investimentos em infraestrutura educacional, programas de bolsas e apoio financeiro, formação adequada de professores, políticas de inclusão e equidade, entre outras iniciativas. Além disso, é essencial promover a conscientização e o engajamento da sociedade para que a educação seja vista como uma ferramenta essencial para a redução das desigualdades e o desenvolvimento sustentável da comunidade como um todo. O combate às desigualdades sociais na educação é um trabalho contínuo que requer esforços colaborativos e comprometimento de governos, instituições educacionais, famílias e toda a sociedade.

Para tentar entender um pouco mais a construção ideológica do desmonte da educação pública o texto publicado por David Pohl e Ileizi Fiorelli em 2022, intitulado de *O “Novo Enem” em contextos escolares enquanto objeto de estudo na pós-graduação brasileira*. O texto faz uma análise dos trabalhos publicados no portal de pesquisa Catálogo de Teses e Dissertações On-line da Capes (2021), no recorte temporal de intervalo de 10 anos, a partir do “Novo Enem” no ano de 2009 até 2018. Além disso, faz uma breve apresentação do Exame Nacional do Ensino Médio, na qual segue uma linha temporal de acontecimentos como o ano em que

foi criado no Brasil (1998), sua reformulação no ano de 2009 e o Enem como uma das principais políticas públicas de acesso ao ensino superior. Os autores reconhecem a importância do exame e mostram que a adesão dos estudantes cresceu ano a ano, mas que por falta de investimentos após o golpe, em 2016, o Enem se estagnou.

O Enem surgiu a partir de políticas públicas estabelecidas na última década do século XX para a educação básica no Brasil. Que se baseou em diversos documentos importantes como a constituição de 1988, a LDB de 1996, os Planos Nacionais de Educação (PNEs), entre outros. Somado a isso, a obrigatoriedade e a universalidade de acesso ao ensino médio foram fortalecidas pela Emenda Constitucional nº 59 de 2009, a qual garantiu aos jovens de 15 a 17 anos o direito à matrícula no ensino médio tornando-o obrigatório. É importante observar que 84,1%, (Censo 2022) a maior parte dessas matrículas estão nas escolas públicas onde se tem um maior quantitativo de estudantes que não conseguem terminar o ensino médio na idade correta.

Porém, para que o estudante da rede de ensino pernambucana tenha êxito no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), muitas intervenções são necessárias e o currículo precisa estar de acordo com os exigidos no Exame nacional do Ensino Médio. O que acontece hoje com a implantação do Novo Ensino Médio, no qual os estudantes têm que escolher as trilhas dentre os itinerários formativos e como essas “escolhas” não são as mesmas entre todos os estudantes. Assim os estudantes passam a ficar em desvantagem com relação aos concorrentes de escolas privadas, por exemplo, que seguem os conteúdos que serão pedidos no Enem e as trilhas são um complemento, ou seja, diminuindo ainda mais as chances de estudantes de escolas públicas ingressarem em universidades públicas. Segundo Apple (1993):

“O currículo nunca é apenas um conjunto neutro de conhecimentos. [...] É resultado da seleção de alguém, da visão de algum grupo acerca do que seja conhecimento legítimo. É produto de tensões, conflitos e concessões culturais políticas e econômicas que organizam e desorganizam um povo. (Michael W. Apple, 1993, p. 222).

A formação no Ensino Médio na educação de Pernambuco nos traz para as discussões sobre a Reforma do Ensino Médio e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), de modo que percebemos que essas propostas estão pautadas numa

educação “transformadora” e que desenvolva nos estudantes competências. A questão é que a concepção de Educação Escolar da BNCC e os meios para conseguir as tais competências são insuficientes e sequer poderá de fato promover a tão sonhada transformação da sociedade.

Assim, entendemos que os estudos dos sociólogos Bourdieu e Passeron (1964, 1975), nos ajudaram a compreender que as relações entre o ensino e a aprendizagem, a desigualdade de oportunidades e as relações de poder dentro da escola continuam a fazer parte do cotidiano dos estudantes, compromete o futuro desses estudantes na sociedade e, conseqüentemente, no mercado de trabalho com subempregos ou até a ausência deles.

Sendo assim, percebemos a escola deve e pode ser um espaço de transformação social, desde que alcance a todos(as), com seus conteúdos vinculados à realidade socioeconômica e cultural; sem fazer distinções, pelo contrário, torná-la democrática. E assim, a sociedade será um espelho dessa escola que, por consequência, promoverá a Justiça Social.

2.1 Educação no contexto das Reformas

Dourado(2019) nos convocou à reflexão sobre políticas e programas educacionais, envolvendo a questão política e social a qual perpassa sob os alicerces da democracia, isto é, se a educação é um direito de todos, conforme a Constituição Federal de 1988 preconiza, não há razão para que seu acesso encontre barreiras, é preciso respeitar a isonomia.

O autor fez um passeio sobre a cronologia dos avanços das políticas neoliberais em detrimento das políticas sociais no Brasil e com isso, revelou os retrocessos nas políticas e programas educacionais, caminhando na contramão da democracia brasileira. O autor recupera os fatos históricos, como os avanços obtidos a partir da Constituição Federal de 1988 que foram pouco a pouco sofrendo recuos devido à reforma do Estado que no governo de Fernando Henrique Cardoso de Melo, na década de 1990, alavancou o neoliberalismo na sociedade brasileira e ganhou muita ênfase na educação.

Assim, a visão gerencialista e mercadológica da educação pública referem-se a uma abordagem que busca aplicar princípios e práticas do setor privado à gestão e ao funcionamento das instituições de ensino público. Essa perspectiva

sugere, em tese, uma administração eficiente, orientada para resultados e com foco no mercado, no intuito de melhorar a qualidade e eficácia da educação pública. No contexto gerencialista, a ênfase é colocada na aplicação de técnicas e estratégias de gestão empresarial para aperfeiçoar os recursos, aumentar a eficiência operacional e alcançar o que são denominados de melhores resultados educacionais. Segundo Laval (2021):

O neoliberalismo se impõe como uma resposta a todas as dificuldades com as quais se deparam os governantes; [...] trata-se de uma inteligência tática que se aproveita das oportunidades, no marco de uma estratégia mais global que é a instauração de uma sociedade de mercado (LAVAL, 2021, p.10-11)

Assim, os defensores dessa abordagem argumentam que a introdução de elementos gerenciais e mercadológicos na educação pública pode levar a uma maior eficiência, inovação, responsabilidade e melhorias na qualidade do ensino.

Eles acreditam que a competição entre as escolas, por exemplo, pode estimular a melhoria contínua e incentivar a oferta de serviços educacionais mais adequados às necessidades dos alunos. Porém, essa mercantilização da Educação Pública pode favorecer a privatização dela e com isso aumentar as desigualdades educacionais. Bourdieu e Passeron (1992) ao analisar a educação, entendem que a escola nessa perspectiva é um espaço reprodutor de desigualdades sociais, pois a educação é fator determinante no atraso ou no desenvolvimento da sociedade.

Ao contrário dos estudos deterministas que atribuíam o “sucesso ou fracasso” dos estudantes a fatores como, raça, sexo, etnia etc., ignorando o estudante como ser social. Bourdieu (1998) In Nogueira e Nogueira (2002): nos alerta que

“[...] para que sejam favorecidos os mais favorecidos e desfavorecidos os mais desfavorecidos, é necessário e suficiente que a escola ignore, no âmbito dos conteúdos do ensino que transmite, dos métodos e técnicas de transmissão e dos critérios de avaliação, as desigualdades culturais entre as crianças das diferentes classes sociais”. (NOGUEIRA & NOGUEIRA, 2002, p. 29)

Nogueira e Nogueira (2002, p.29) ainda complementa: “Tratando formalmente de modo igual, em direitos e deveres, quem é diferente, a escola privilegiaria, dissimuladamente, quem, por sua bagagem familiar, já é privilegiado.”

Dourado (2019) resgata os avanços na educação brasileira a partir de 2003, como a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) em 2007, o Plano Nacional da Educação (PNE 2014-2016), o Piso Salarial Nacional, entre tantos outros investimentos e melhorias na educação. Neste contexto o autor destaca o retrocesso nas políticas educacionais a partir de 2016 e a derrocada de todas as conquistas de até então, tudo isso vivido no chão da escola.

É importante destacar que o Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014/2024, foi uma conquista da sociedade e no campo específico do ensino médio foi estabelecida na Meta 6 que o percentual mínimo de 50% das escolas públicas deveria oferecer educação básica em tempo integral até o final da década. No entanto, os cortes no investimento público em educação e o engavetamento do PNE promoveram retrocessos na educação brasileira em todos os níveis.

No governo de Michel Temer, um dos responsáveis pelo golpe, foram aprovadas uma série de medidas com o objetivo de “enfrentar” a crise econômica e entre elas a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 95, que congela os investimentos o governo federal congelando investimentos em Saúde, Educação e outras áreas sociais até 2036 até 20 anos, sendo corrigidas pela inflação. Esta PEC, que foi aprovada na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, criou um teto de gastos públicos que limita investimentos na educação e remuneração de professores, por exemplo. Sendo essas mudanças na constituição ocorrida em 2016 com a justificativa de fazer o governo economizar. Porém, congelando investimentos em Saúde, Educação e outras áreas sociais até 2036, que tem resultado em uma série de agravos à população.

A PEC institui o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências:

Art. 106. Fica instituído o Novo Regime Fiscal no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, que vigorará por vinte exercícios financeiros, nos termos dos Artigos. 107 a 114 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Art. 107. Ficam estabelecidos, para cada exercício, limites individualizados para as despesas primárias: [...]

Art. 110. Na vigência do Novo Regime Fiscal, as aplicações mínimas em ações e serviços públicos de saúde e em manutenção e desenvolvimento do ensino equivalerão:

I - No exercício de 2017, às aplicações mínimas calculadas nos termos do inciso I do § 2º do art. 198 e do caput do art. 212, da Constituição Federal; e
II - Nos exercícios posteriores, aos valores calculados para as aplicações mínimas do exercício imediatamente anterior, corrigidos na forma estabelecida pelo inciso II do § 1º do art. 107 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias." (E.C. nº95, 2016)

Além disso, a E.C. nº 95 ao citar que estabelece limites para despesas primárias, estabeleceu nesse período uma grande redução do social para o econômico, pois essas despesas na verdade são relativas as,

“[...] Políticas públicas nas áreas de Saúde e Educação, incluindo gastos com o Sistema Único de Saúde (SUS) e com o custeio das universidades, além dos aspectos previdenciários e sociais – como o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o Seguro desemprego. Também são primários os gastos com construção e manutenção de estradas e aeroportos (<https://www.gov.br/economia>).”

Em 2018 com a eleição de Jair Bolsonaro à presidência da República, que permaneceu até 2022, tivemos o contexto favorável à continuidade do cenário de ausência de projetos que garantissem as conquistas da sociedade nos governos do presidente Lula 2003-2010 e da presidenta Dilma 2011-2016. Para melhor compreender os impactos para a sociedade num contexto de mudanças de concepção e de projeto societário no plano político, nos amparamos em Azevedo, quando afirma que para melhor compreender os elementos de uma política, “deve-se considerar que a mesma se articule ao projeto de sociedade que se pretende implantar ou que está em curso, em cada momento histórico, ou em cada conjuntura (1997, p. 60).”

Foi no contexto de grandes retrocessos no campo educacional no Brasil que foi aprovada a Lei 13.415/2017. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reestrutura o “novo” Ensino Médio no Brasil e, de acordo com a Lei trata-se de uma reformulação do currículo dessa etapa de ensino, buscando maior flexibilidade e diversificação das áreas do conhecimento.

A BNCC é um documento que estabelece quais são os conteúdos essenciais que todos os estudantes brasileiros devem adquirir ao longo de sua trajetória escolar. A reforma do Ensino Médio trouxe algumas mudanças na organização curricular a qual agora é composto por uma parte comum, denominada “Base Nacional Comum Curricular”, e uma parte diversificada, chamada “Itinerários Formativos”.

A Base Nacional Comum Curricular define como aprendizagens obrigatórias em todas as escolas do país, abrangendo as áreas do conhecimento como Linguagens e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciências da

Natureza e suas Tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, e Formação Técnica e Profissional. Essa parte comum é composta por uma matriz curricular que inclui conhecimentos, habilidades e competências que os estudantes devem desenvolver ao longo dos três anos do Ensino Médio.

Já os Itinerários Formativos são a parte diversificada do currículo, que permite aos estudantes escolherem uma área de interesse para aprofundar seus estudos. Segundo a BNCC, além da Formação Geral Básica (FGB) que deve abranger áreas como Ciências da Natureza, Matemática, Linguagens, Ciências Humanas, Educação Profissional e Tecnológica, há a proposta neste “novo” modelo de Currículo do Ensino Médio, disciplinas que ocupam uma área denominada de Itinerários Formativos (IF), este que traz uma proposta de formação do ser enquanto Projeto de Vida, Empreendedorismo e Contextos Socioemocionais, entre outras (BNCC, 2017).

A ideia é tornar o Ensino Médio mais atrativo e conectado com as demandas dos estudantes, ampliando as possibilidades de escolha e incentivando a formação integral. A reforma também prevê a ampliação da carga horária, passando de 800 para 1.000 horas anuais. É importante ressaltar que a implementação da nova BNCC e a reforma do Ensino Médio são processos em andamento e as escolas têm um prazo para se adequarem às mudanças. Muito embora, devido à pressão da sociedade civil organizada, o currículo voltou a ser modificado tornando menos excludente e está tramitando no Congresso Nacional em caráter de urgência visando à amplitude do ensino básico, a resignificação de suas modalidades tão quanto à acessibilidade de seus usuários, ou seja, professores, alunos e comunidade escolar como um todo. Portanto, é possível que haja variações na forma como as escolas estão estruturando seus currículos de acordo com a BNCC.

Essa lei, na verdade, é uma reforma que basicamente instituiu o aumento da carga horária, e reforçou a implantação das políticas de modernização gerencial. Dito de outra forma, políticas de modernização gerencial são iniciativas e estratégias adotadas por governos e organizações com objetivo de alcançar eficiência na gestão por resultados. Ao que tudo indica, o gerencialismo-populista (FREITAS, 2017) que se afirmou na esfera federal nos últimos anos tem efeito cascata nos estados, como é o caso de Pernambuco. Neste estado, além do projeto piloto, a elaboração do currículo de Pernambuco e sua aprovação no respectivo Conselho Estadual se deram mediante procedimentos da tecnocracia neoliberal, mas que buscam produzir alguma dose de legitimação entre os professores e gestores escolares.

Dessa forma, o que se observa é a tentativa de controle do processo educativo, isso porque estes interesses visam à promoção da administração empresarial e com isso, acabar com o conceito de democracia e exercer o controle do bem comum e assim promover a precarização dos magistérios, dos profissionais de educação por meio das concepções e formas de gestão privada na rede pública. Porém, é preciso perceber as concepções de Educação Escolar do documento (BNCC) e os meios que ele apresenta para desenvolver as competências formativas.

Assim, a reforma tornou obrigatória apenas as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, não por acaso, pois são as mesmas que são cobradas nas avaliações externas. Propõe também itinerários formativos que poderão ser escolhidos pelos estudantes, o que creio que não é algo que é benéfico para esses educandos tendo em vista que eles não possuem maturidade para tal escolha em sua grande maioria, o que, na verdade, dá uma falsa ideia de liberdade ou autonomia. As mudanças no currículo, a partir da BNCC, podem comprometer a formação dos estudantes e como consequência pode-se visualizar a diminuição do quantitativo de jovens das Escolas Públicas nas Universidades Públicas diante das mudanças curriculares. Isso, por si só, demonstra uma desigualdade monstruosa e uma elitização do Ensino Superior Público.

Bernardim e Silva (2017) retratam bem a nossa juventude a qual vê a escola apenas como uma obrigação e não se vêem motivados a estudar pela forma como é oferecido o ensino. Vê-se, pois, a escola e o ensino como se fosse um projeto mercadológico, ou seja, transforma o conhecimento que é algo abstrato em algo concreto o qual pode ser adquirido mediante a escolha e/ou compra de algum curso, por exemplo, e dessa forma facilita a mercantilização do ensino. Além disso, é preciso saber que a Constituição Federal define que o Jovem é todo aquele indivíduo de 15 a 29 anos e, sendo assim, têm direito ao Ensino Profissionalizante.

Quando trazemos para a realidade do ensino pernambucano no âmbito das Escolas Técnicas, teoricamente uma parte dos jovens estariam recebendo além da Educação Formal Regular – o Ensino Profissionalizante. A falta de perspectiva na educação, como os autores retratam, muitas vezes leva esses jovens a não dar continuidade aos estudos e serem taxados de “nem – nem”, ou seja, nem estudam e nem trabalham, termo cunhado pela escritora e professora Mônica Ribeiro da

Silva no artigo “Juventude(s) e Ensino Médio: da inclusão escolar excludente aos jovens considerados nem – nem”, BERNARDIM e SILVA (2017).

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) mostrou que no ano de 2015, o Brasil possuía 23,4% de jovens considerados nem-nem. Dentre esses, 17,4% eram Homens e 29,6% mulheres. A faixa etária de 15 a 17 anos equivalia a 7,7%, e nesse mesmo grupo etário 6,0% eram nem-nem inativos, ou seja, nem estavam matriculados em uma escola e nem atuando no mercado de trabalho e a proporção de desocupados entre os nem-nem é de 21,6%. Percebe-se, que do ano de 2015 para 2016 houve uma diminuição deles, mas a taxa ainda era muito elevada. Entre estes, 14,4% não procuravam trabalho. A incidência é maior entre aqueles que possuem de 18 a 24 anos (IBGE, PNAD, 2015). Ainda segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2015, realizada pelo IBGE, 7,2 milhões de jovens de 15 a 24 anos estavam fora da escola e do mercado de trabalho e 79,5% destes vivem em áreas urbanas.

2.2 Educação e Ensino Médio

A partir de dezembro de 1996 a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96) vem conferir uma nova identidade ao Ensino Médio, determinando que Ensino Médio que o mesmo faz parte da Educação Básica. Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), a LDB confere caráter de norma legal à condição do Ensino Médio como parte da Educação Básica, quando, por meio do Art. 21, estabelece:

Art. 21. “A educação escolar compõe-se de: I – Educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio; II – Educação superior” Isso significa que o Ensino Médio passa a integrar a etapa do processo educacional que a Nação considera básica para o exercício da cidadania, base para o acesso às atividades produtivas, para o prosseguimento nos níveis mais elevados e complexos de educação e para o desenvolvimento pessoal, referido à sua interação com a sociedade e sua plena inserção nela, ou seja, que “tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores (Art.22, Lei nº 9.394/96).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM, 2018), sendo essa atualizada pela Resolução nº 3, de 21 de novembro de 2018, trazem elementos os

quais dão um novo direcionamento às políticas para essa etapa do ensino, considerando-a numa perspectiva integral.

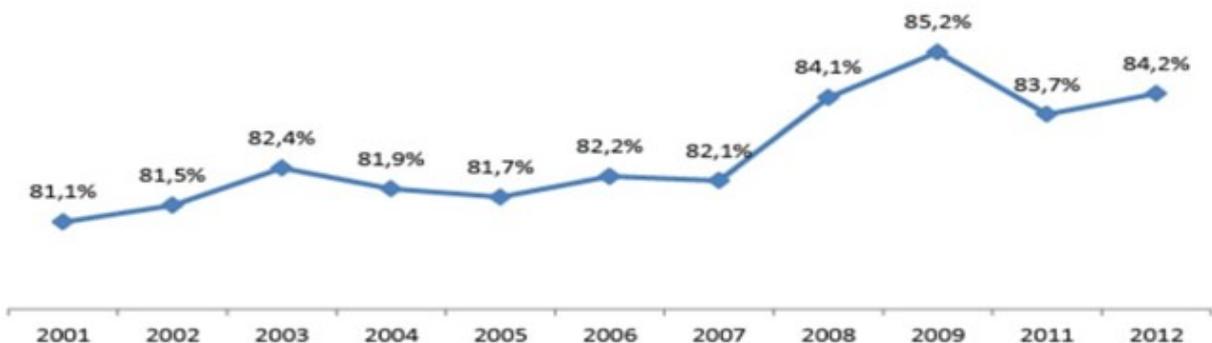
Muito embora, o artigo 26 da LDB tenha determinado que “as etapas da educação básica em torno de uma Base Nacional Comum e de uma parte diversificada”, sabe-se que a BNCC (Base Nacional Comum Curricular) “diversifica” com certa ênfase a depender da escola por meio de “trilhas e itinerários formativos”. E, a partir daí, abismos educacionais terão um aumento relevante o que agravará as desigualdades educacionais que já existem.

Na primeira década do século XXI, a Educação Brasileira deu um salto qualitativo que trouxe a esperança crescente direcionada à justiça social com os investimentos em Educação. Após a reunião da Cúpula Mundial de Educação, realizada em Dakar (2000), avanços significativos foram alcançados, como diz o Relatório Educação para Todos no Brasil (2000 – 2015):

[...] Em 2003, sob os auspícios de um novo governo, o Brasil pactuou com a sociedade o compromisso de ampliar o atendimento a segmentos da população excluídos do acesso a bens sociais e de consumo. [...] Para a Educação, a perspectiva de incorporar os excluídos e de valorizar a sociodiversidade constituinte da sociedade brasileira traduziu-se em um esforço em várias direções, desde a concepção de políticas de ação afirmativas inclusive para o ensino superior, até então inexistentes [...]. (MEC, Relatório Educação para Todos no Brasil 2000-2015, p.9-10)

Dentre os avanços dos que estão em idade escolar de 15 a 17 anos foi à manutenção da frequência escolar relativamente estável, que em 2001 atendia 81,1% e passou a atender 84,2% dos jovens que se encontravam matriculados, como pode ser visto no gráfico abaixo:

GRÁFICO 01 - TAXA DE FREQUÊNCIA À ESCOLA POPULAÇÃO DE 15 A 17 ANOS 2001-2012



Fonte: Elaborado pelo INEP com dados do IBGE/PNAD.

Diante dessa breve reflexão e de acordo com o recorte que pretendo investigar, após a crise política que culminou no golpe de 2016, destacamos que a desconstrução e desmanches na educação brasileira tornaram o Ensino Público extremamente vulnerável, pois a onda neoliberal associada à crescente privatização da rede pública de ensino fez com que a BNCC fosse aprovada e assim adotando uma concepção de ensino cada vez mais gerencialista.

De acordo com o Sociólogo Michael Young (2007) em sua obra “Para que servem as escolas?”, donde a partir desse questionamento responde destacando a ligação entre os desejos emancipatórios associados com a expansão da escolarização. Segundo Young (2007) as escolas devem aprimorar e promover o melhoramento dos estudantes a partir da aquisição do conhecimento. Contudo, Young (2007), afirma que parte destes conhecimentos que denomina de poderoso, não podem ser adquiridos em casa e nem na comunidade ou mesmo nos seus locais de trabalho. Assim, o autor discorre sobre uma descrição denominada de “conhecimento dos poderosos” e “conhecimento poderoso”.

E como isso ocorre na rede pública de ensino de Pernambuco? Será que os estudantes diante de uma variedade de tipos de escolas dentro de uma mesma rede e “guiados” pela BNCC estão recebendo, de fato, este conhecimento poderoso e emancipatório? Para Young (2007), aquilo que pode ser definido por aqueles que detêm o conhecimento historicamente e mesmo na atualidade, quando se pensa na distribuição do acesso à universidade, aqueles com maior poder na sociedade são os que têm acesso a certos tipos de conhecimento considerado para ele conhecimento dos poderosos.

No entanto, ainda segundo o autor, o conhecimento dos poderosos ou conhecimento de elevado status é apenas parte do conhecimento, o que não mensura muita coisa ou nada sobre o conhecimento em si. Dessa maneira, indispensavelmente acontece em destaque do currículo, a promoção de outro conceito que o autor caracteriza como conhecimento poderoso. A referência conceitual que amplia o conhecimento realmente necessário, isto é, trata-se daquilo que o conhecimento pode fazer, como, por exemplo, fornecer explicações confiáveis ou novas formas de se pensar o mundo.

Sendo assim, ao percebermos que uma Escola Regular (IDEB 3,5 quando a meta era 3,6) que possui uma carga horária inferior a uma EREM (IDEB 4,2 quando a meta deveria ser 4,4) e ao analisarmos os dados do IDEB de ambas se constatou

uma desigualdade educacional gritante, mas ainda assim compreensível, pois são muitas as variantes que se apresentam.

O Ensino Médio reproduz um problema que se arrasta desde a base do processo de escolarização que são as lacunas educacionais acumuladas ano a ano. Além disso, as mudanças que ocorrem como a reforma do ensino médio – a BNCC (Base Nacional Comum Curricular) – mais atrapalharam do que ajudaram, pois causou o enfraquecimento da área de ciências humanas e sociais, e com isso a diminuição de disciplinas importantes para a formação do indivíduo e aqui falamos da educação numa perspectiva crítica “[...] um processo pelo qual o educador convida os educandos a reconhecer e desvelar a realidade criticamente” (FREIRE, 1985, p. 125).

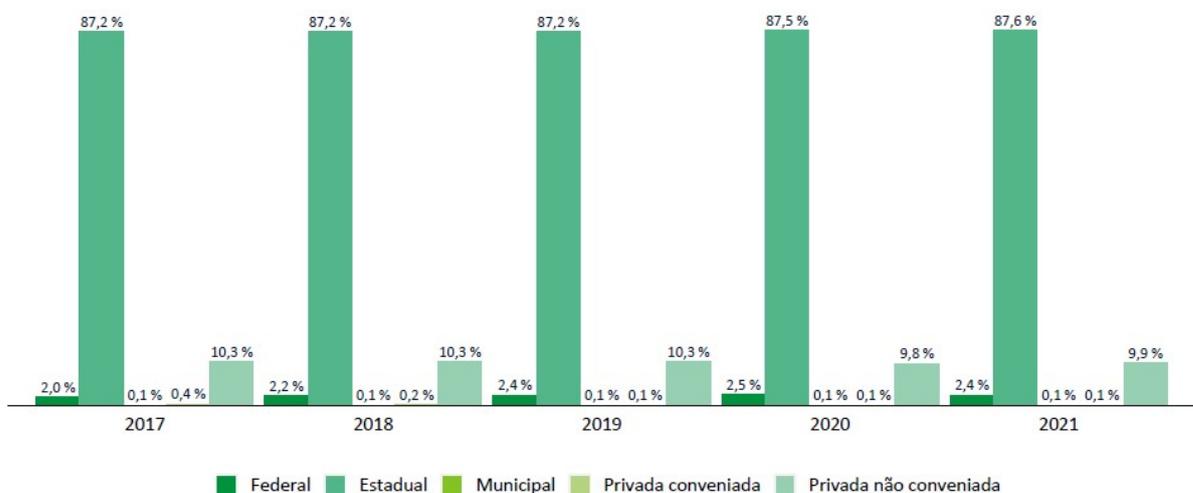
A estes estudantes da escola pública restarão os subempregos ou ainda pior, a ausência deles por não haver uma mão de obra qualificada, conseqüentemente, baixos salários ou nenhum. Em outras palavras, a visão do caos se desenha com a destruição da Educação Pública. Além disso, nos leva a uma reflexão: a quem interessa a precarização do ensino e o desmonte da educação pública?

A Escola Pública brasileira tem passado por muitas mudanças e propostas na educação. São muitos os “experimentos educacionais” que são implantados e depois deixados de lado. Um deles foi que o currículo deveria ser único, em todo o país, de norte a sul, o que foi motivo de muita comemoração. No contexto brasileiro, o termo “currículo único” refere-se a uma proposta educacional que busca estabelecer um currículo básico comum para todas as escolas do país, e respeitando as especificidades de cada região. A ideia é que todas as instituições de ensino, tanto públicas quanto privadas, sigam um conjunto de Diretrizes Curriculares Nacionais, estabelecido pelo Ministério da Educação (MEC). O objetivo principal do currículo único é promover a equidade e a qualidade na educação, garantindo que todos os estudantes tenham acesso a um conjunto mínimo de conhecimentos e competências ao longo de sua formação. Com isso, busca-se evitar disparidade entre as diferentes regiões do país e reduzir as desigualdades educacionais.

Além disso, ele define os conteúdos e habilidades que devem ser trabalhados em cada etapa da Educação Básica a qual compreende a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. Ele estabelece os objetivos de aprendizagem, as disciplinas obrigatórias, as cargas horárias mínimas, além de orientar sobre metodologias de ensino, avaliação e outros aspectos do processo

educativo. Porém, a implementação do currículo único no Brasil ainda é um desafio, pois o Sistema Educacional é descentralizado, com grande autonomia para estados e municípios. Ainda há muitos desafios a serem ultrapassados, pois o processo de elaboração e atualização do currículo único envolve a participação de diversos atores, como educadores, gestores públicos e representantes da sociedade civil.

GRÁFICO 02 - PERCENTUAL DE MATRÍCULAS NO ENSINO MÉDIO SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA (REDE PRIVADA SEPARADA EM CONVENIADA E NÃO CONVENIADA COM A REDE PÚBLICA) – PERNAMBUCO – 2017 - 2021



Fonte: Elaborado por DEED/INEP com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

A maior parte das matrículas do Ensino Médio são realizadas na Rede Pública Estadual de Ensino. De acordo com o gráfico acima 87,6% das matrículas foram realizadas na Escola Pública, em seguida a rede privada com 10,0%. Percebe-se que houve um aumento no número de matrículas na Escola Pública de 0,4% no período de 2017 a 2021. Já na rede privada, nesse mesmo período, o número de matrículas diminuiu 0,7%, isso significa que esses estudantes que saíram da rede privada migraram para a Rede Pública de Ensino.

A Lei nº 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), prevê em seu Artigo 9º inciso IV:

“[...] entre as incumbências da União, estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que norteiam os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum.” (LDB,1996,p.4)
http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf

Entretanto, após o golpe de 2016, desmontes contínuos desde então corroboram com a desigualdade educacional entre os estudantes das escolas públicas do país.

Observa-se que para os estudantes que possuem acesso às escolas privadas e que geralmente são oriundos de famílias que têm acesso aos bens culturais que estão de acordo com o currículo que é exigido nas escolas, ou seja, este os coloca um passo à frente dos alunos de escolas públicas. Os conteúdos são pensados para os alunos que no seio familiar já adquirem os conceitos culturais comuns à escolarização, os que possuem o capital cultural. Os demais são marginalizados, “tiveram a oportunidade, mas não aprendeu por incapacidade”, esse é o discurso da desigualdade.

A escola reproduz as desigualdades impostas pelas classes dominantes e por projetos de educação que definem quem ingressará em uma Universidade Pública e os que irão trabalhar o dia todo para pagar uma Instituição de Ensino Superior privada. Esse é um processo injusto e porque não dizer desumano. A vulnerabilidade social impõe um futuro determinado não pelo sujeito, mas por projetos e políticas públicas representados por governos.

E com o Ensino Médio público não é diferente, o baixo desenvolvimento dos alunos e/ou a evasão escolar responsabiliza apenas um elemento, o professor. Não se percebe ou é ignorada a superlotação em sala de aula, a defasagem do processo de escolarização dos alunos, o conflito social no qual os estudantes estão inseridos e nesse contexto a escola continua a priorizar as normas e os conteúdos impostos.

A Lei nº 13.415/17 alterou a LDBEN nº 9.394/96 no que diz respeito à organização curricular, o que de acordo com Silva e Scheibe (2017, p.21): “[...] modifica as regras de financiamento da educação pública permitindo parcerias com o setor privado e que parte da formação dos estudantes de escola pública seja feita por instituições privadas.” Situação que interfere diretamente na última etapa da educação básica que é o Ensino Médio e que exige resultados que serão medidos pelas avaliações externas como o Saeb (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica) e o Enem (Exame Nacional do Ensino Médio).

A educação no Ensino Médio vive a pressão por resultados cada vez mais crescentes sem se preocupar com o aprendizado, isso fica perceptível quando é permitido que um aluno seja reprovado em até três disciplinas e progride de ano em “progressão parcial”, em que o estudante deveria ser acompanhado no ano seguinte

nas disciplinas que “reprovou” com as atuais, o que de fato não acontece. A progressão parcial é assim chamada porque o estudante progride parcialmente, isto é, consegue a aprovação para o ano seguinte, porém com pendências em disciplinas em que reprovou. E, assim, o déficit de aprendizagem vai se acumulando ano a ano até o terceiro ano do Ensino Médio, quando ele não pode mais ter pendências com reprovações. Neste contexto, o estudante do EM conclui essa etapa muitas vezes, sem as aprendizagens necessárias para enfrentar uma prova como o ENEM, por exemplo.

E nessa conjuntura a probabilidade dos estudantes chegarem ao ensino superior público é bem pequena; concluí-lo, então, quase um feito heroico. Sendo assim, a desigualdade deve ser combatida no âmago da formação educacional do estudante para que ele alcance o sucesso escolar e acadêmico e dessa forma possamos ter a tão sonhada justiça social.

E nesse sentido, Hooks (2013) em sua obra *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade* inspirada pelo patrono da Educação brasileira Paulo Freire, chama atenção para o sentido que atribui à educação como emancipatória, coletiva e comprometida com a mudança. São muitos os desafios dentro das escolas e salas de aula, mas acredito que maior ainda é nosso desafio enquanto docentes que não desistimos apesar de tantas dificuldades e falta de valorização. Transgredir é necessário quando insistem em prejudicar nossos estudantes com a imposição de uma Base Nacional Curricular Comum (BNCC) a qual mais atrapalha que ajuda e não ser conivente com essa pauta. Ora, qual jovem sabe escolher o que vai fazer pelo resto da vida? Cabe a nós professores e professoras lutar para que nosso Sistema Educacional não seja tragado pelos interesses das classes dominantes, deixando de lado os filhos da classe trabalhadora condenando-os aos trabalhos mal remunerados e/ou insalubres.

2.3 Ensino Médio de Pernambuco

“[...] Ensinar não é transferir conhecimentos, conteúdos nem formar é ação pela qual um sujeito criador dá forma, estilo ou alma a um corpo indeciso e acomodado. Não há docência sem discência [...]. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender. Quem ensina, ensina alguma coisa a alguém” (FREIRE, 1996, p.23).

A Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco a partir de 2008 implantou o Programa de Educação Integral (PEI) com a Lei nº 125 como Política Pública de Estado com o objetivo de promover uma educação interdimensional, que considera o espaço escolar um local privilegiado para o exercício da cidadania e o desenvolvimento do protagonismo juvenil. Nesse sentido, de acordo com o site da Secretaria de Educação e Esportes do Estado de Pernambuco:

“A educação interdimensional compreende ações educativas sistemáticas voltadas para as quatro dimensões do ser humano: racionalidade, afetividade, corporeidade e espiritualidade. A proposta da educação interdimensional também foi associada a premissas do referencial teórico da tecnologia empresarial aplicada à educação: gestão e resultados (TEAR), que trata do planejamento estratégico aplicado às escolas que compõem o Programa de Educação Integral”
(<http://www.educacao.pe.gov.br/portal/?pag=1&men=70>).

Observando que o estado tem sido destacado pelo desenvolvimento do Programa de Educação Integral (PEI) criado em 2008 no governo de Eduardo Campos do Partido Socialista Brasileiro (PSB) e mantido desde então pelos governos do PSB até 2022, sendo o Programa de Educação Integral uma política pública do estado de Pernambuco, instituída com o objetivo de desenvolver ações para melhorar a qualidade do Ensino Médio pernambucano, tendo que ampliar a jornada escolar e promover mudanças estruturais, como a implantação das Escolas de Referências em Ensino Médio. O PEI foi criado por Lei Complementar nº 125, de julho de 2008, Artigo 1º.

Art. 1º Fica criado, no âmbito do Poder Executivo, o Programa de Educação Integral, que tem por objetivo o desenvolvimento de políticas direcionadas à melhoria da qualidade do Ensino Fundamental e do Ensino Médio e à qualificação profissional dos estudantes da Rede Pública de Educação do Estado de Pernambuco. (Redação alterada pelo art. 1º da Lei Complementar nº 364, de 30 de junho de 2017.)

Em 2019, o programa foi premiado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) como uma das cinco melhores políticas de ensino médio do mundo. Essa homenagem destaca os esforços do estado de Pernambuco em oferecer uma educação de qualidade aos estudantes.

De acordo com informações do Censo Escolar de 2022 do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), o Estado de Pernambuco tem 62,5% de estudantes matriculados no Ensino Médio em escolas de ensino integral, tornando-se assim referência no ensino médio integral e, portanto, representa um diferencial no contexto educacional brasileiro.

Os dados do Censo Escolar de 2022 também apontam que 6,9% das escolas públicas brasileiras possuem entre 20% e 50% dos seus estudantes matriculados em tempo integral e que 50,7% das escolas não possuem nenhum estudante com jornada integral. A rede pública de ensino de Pernambuco tem 1055 escolas e dessas 576 são Escolas de Referência

Assim, o governo do Estado de Pernambuco a partir de 2008, também reestruturou o Sistema de Avaliação Educacional de Pernambuco (SAEPE) com avaliações em Língua Portuguesa e Matemática ocorrendo anualmente. Essa avaliação baseada em metas e resultados faz parte do programa de modernização da gestão pública do Estado de Pernambuco, e que na educação tem como objetivo principal melhorar os indicadores educacionais, sobretudo o Índice de Desenvolvimento da Educação de Pernambuco (IDEPE). Assim, as escolas que obtivessem acima de 50% do índice estabelecido receberiam o Bônus de Desempenho Educacional (BDE). Esse bônus foi criado com o objetivo de incentivar as escolas e, no entanto, promoveu e ainda promove uma competição entre os docentes e escolas em busca de índices cada vez maiores do “prêmio” em dinheiro; dinheiro esse, que deveria ser usado na valorização profissional de todos (as) os profissionais da educação pernambucana.

No Brasil, o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) tem como objetivo avaliar o desempenho dos estudantes medido através de indicadores educacionais gerados a partir de avaliações de larga escala SAEB, um dado estatístico que afere tanto o desempenho escolar dos estudantes, como o contexto socioeconômico no qual as escolas fazem parte. Segundo o governo estadual, para melhorar a educação do Estado temos o Índice de Desenvolvimento na Educação Básica de Pernambuco (IDEPE). Para elevar o IDEPE, a escola deve apresentar as melhorias na média dos estudantes no SAEPE (Sistema de Avaliação Educacional de Pernambuco), assim como na média da taxa de aprovações dos estudantes. O SAEPE avalia os estudantes dos últimos anos do ensino Fundamental I e II, respectivamente. Além de avaliar também os estudantes do 3º ano do Ensino

Médio, onde eles devem atingir uma média superior às metas estabelecidas entre a escola e a Secretaria de Educação. Esses estudantes são avaliados apenas nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, desprezando outras áreas da formação do indivíduo como as Ciências Humanas e suas Tecnologias, por exemplo.

Segundo Silva (2021) a reforma do Ensino Médio, que foi regulamentada pela Lei 13.415/2017, representa a segunda onda neoliberal que vem se instalando no Brasil e impondo grandes mudanças nos marcos educacionais e constitucionais que definem a educação como um direito social e dever do Estado. Entretanto, pela lógica capitalista a educação torna-se um bem a ser consumido como se fosse uma espécie de serviço a ser prestado.

Pernambuco, dentre os estados da federação, tem se destacado no processo de modernização neoliberal na educação e se tornado exemplo para os outros estados no que se refere ao novo Ensino Médio. Reforma como já dito aqui, que busca a ampliação da carga horária no Ensino Médio, somadas às políticas de modernização gerencial. Assim,

A Lei 13.415/2017 buscou transformar as bases institucionais para a oferta do Ensino Médio em todo o território nacional e que alterou algumas leis como a LDB, o FUNDEB, a CLT entre outras. Essa reforma basicamente se refere à implantação da jornada de tempo integral e a flexibilização do currículo. A Lei determina uma ampliação da carga horária anual de 1.000 para 1.200 horas-aula/ano e a jornada escolar deve atingir 7 horas diárias em 5 anos. No que diz respeito à organização curricular, apenas as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática passariam a ser obrigatórias; a oferta de diferentes itinerários formativos que os estudantes deveriam escolher de acordo com a vocação local e escolha dos estudantes. Já a parte flexível do curso será destinada a cinco percursos formativos divididos em: Linguagens e suas tecnologias, Matemática e suas tecnologias, Ciências da natureza e suas tecnologias, Ciências humanas e Sociais Aplicadas e Formação Técnico-Profissional. Além disso, a Lei estabelece que haja itinerários formativos relacionado aos percursos. A referência para a formulação dos currículos estaduais é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC)(SILVA,2021, p. 84-85).

A implementação e suas determinações foram entregues ao Conselho Estadual de Educação de Pernambuco em 27 de novembro de 2020, muito embora, essa reforma já se encontrava sendo implementada desde 2018 na rede estadual de ensino. O Projeto piloto de ampliação da jornada escolar foi implantado, a princípio em 20 escolas, em pouco tempo já havia 105 escolas

inscritas para iniciar o projeto. Entretanto, essa reforma se deu de maneira muito pouco democrática. Segundo Silva (2021), gestores e professores mal foram consultados sobre a implementação na escola em que estavam lotados. E, muitos consideravam o projeto com muitas “ressalvas e insuficiências”. Em alguns depoimentos gestores relatam que foram convocados para uma reunião na GRE (Gerência Regional de Educação) e lá foram comunicados acerca do projeto.

A reforma do Ensino Médio segue a tradição gerencialista ou também gerencialismo-populista (FREITAS,2017). Um processo em que uns “iluminados de cima” planeja e os demais obedecem, sem a participação da comunidade escolar, sobretudo os professores.

E isso, revela uma tendência da modernização neoliberal, que enfraquece a democracia para que corporações empresariais possam se apossar e deliberar sobre o mercado com a interferência política. Nesse sentido, o novo Currículo de Pernambuco institucionaliza e potencializa uma série de mudanças de orientações gerencialista e neoliberal, que teve início na década de 1990, no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso de Melo - PSDB (1995-2002), governo marcado pela efetiva implantação da política Neoliberal no Brasil. Em Pernambuco essa política foi encampada pelo Governador Jarbas Vasconcelos de 1999 a 2006 (MDB) e sendo continuada pelo PSB com Eduardo Campos eleito Governador de Pernambuco em 2006. Desde então Pernambuco vem sendo governado pelo PSB até 2022.

A Rede Estadual de Ensino de Pernambuco é considerada referência em avaliação em larga escala e de políticas de responsabilização. A avaliação gerencial restringe o papel de protagonismo do professor em seu trabalho docente e o constrange a tentar criticar o processo, além de limitar as condições de desenvolvimento de uma formação verdadeiramente integral (SILVA e SILVA, 2016).

Para muitos gestores não existe um novo documento, mas sim uma cópia da matriz curricular que existe nas escolas integrais e semi-integrais desde 2012. Ou seja, o currículo é definido como um conjunto de conhecimentos, competências e habilidades que são traduzidas como expectativa de aprendizagens. Resgatam conceitos como protagonismo juvenil, educação para direitos humanos e empreendedorismo. Nesse novo documento acrescentam competências gerais, flexibilização curricular, organização de componentes por área de conhecimento,

transdisciplinaridade, ampliação da carga horária articulada às demandas das juventudes e da sociedade contemporânea (PERNAMBUCO, 2020).

De modo geral, as mudanças vão diminuindo a carga horária maior da formação básica para a formação diversificada e de aprofundamento, reduzindo assim, a carga horária de disciplinas importantes da área das humanidades como História, Geografia, Filosofia, Sociologia, Artes, Educação Física, disciplinas fundamentais para a construção do sujeito crítico-reflexivo e em consonância com seu corpo e espírito, além de sua identidade (SILVA,2021,p.93).

O que parece não ter fundamento esconde uma lógica perversa desse sistema gerencialista neoliberal, isto é, à medida que se reduz a carga horária de disciplinas que ensinam a pensar e refletir criticamente, aumenta-se a carga horária das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática que são considerados conhecimentos “válidos”, de acordo com a sua execução na vida prática do sujeito. O que não por acaso coincide com as disciplinas que são avaliadas pelas avaliações externas de larga escala, como o IDEB e IDEPE. Os mais afetados são os estudantes pobres que vêm na Escola Pública sua única forma de acesso à educação.

E essa restrição curricular, segundo Michel Young (2007), equivale a uma negação do que denomina de conhecimento poderoso que deveria ser ensinado pelas escolas e conhecimento este que fornece explicações confiáveis ou novas formas de se pensar a respeito do mundo, um conhecimento sistematizado que não está disponível em casa. Trata-se de um conhecimento especializado e por isso mesmo precisa-se de professores para diferenciá-lo do conhecimento não-escolar. Para o autor, é na escola que o desenvolvimento teórico é expandido para fornecer generalizações e buscar a universalidade.

Sendo assim, o que deveria ser uma Educação Integral passa a ser um aligeiramento de disciplinas importantes e responsáveis pelo desenvolvimento integral dos jovens, a inclusão de itinerários informativos que no final das contas transformarão as novas gerações em uma mão de obra barata para o trabalho simples em um mercado sustentado pelo trabalho flexível, sem garantias trabalhistas e cada vez mais precarizada. O ensino pensado em uma aprendizagem flexível de curta duração, descontínuo e fragmentado. Uma escola para que os pobres continuem sendo pobres e sem oportunidades.

É possível dizer que a reforma do Ensino Médio tem por objetivo provocar uma contenção ao Ensino Superior em função da expansão do setor privado. Assim, a desqualificação da formação geral torna-se um fator decisivo para que os filhos da classe trabalhadora tenham cada vez menos chances de disputarem uma vaga nos cursos de maior status do Ensino Superior.

As expectativas culturais da escola, dos professores, pais e alunos (as) também desempenham um papel na reprodução das desigualdades educacionais sem nem ao menos perceberem isso. Pois, em algumas escolas integrais, há uma ênfase maior na busca pela excelência acadêmica, incentivando os estudantes a se dedicarem mais aos estudos, tendo em vista as avaliações externas, desempenhos e metas para a escola. Em contrapartida, nas escolas regulares pode haver uma diminuição e até a falta de expectativas e de incentivos para que os estudantes apresentem um melhor desempenho.

Essas percepções culturais podem influenciar a motivação dos estudantes e seu comprometimento com a educação. Além disso, os (as) professores (as) desempenham um papel fundamental na redução das desigualdades educacionais. Daí a importância de investir em programas de formação continuada para os educadores, especialmente nas escolas regulares, que podem ajudar a melhorar a qualidade do ensino e o suporte oferecido aos estudantes.

É fundamental também a implementação de programas de nivelamento, os quais oferecem suporte adicional aos estudantes em situação de vulnerabilidade, o que pode ser uma estratégia eficaz para reduzir as desigualdades. Esses programas podem incluir aulas de reforço, tutorias individuais e atividades extracurriculares que promovam o desenvolvimento integral dos estudantes. Logo, as desigualdades educacionais apresentam-se como um desafio social complexo, colaborando para uma abordagem multifacetada.

3 O CAMINHO ESCOLHIDO PARA FAZER A PESQUISA: DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

A pesquisa abrange uma Escola Integral de Referência e uma Escola Regular de um recorte na qual essa pesquisa buscará compreender como uma escola com 45 horas e Escola de Referência em Ensino Médio (EREM), com mais investimentos e ainda assim com um Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) menor que as demais com as mesmas condições, ou seja, 45h; Laboratório de Informática; Laboratório de Ciências/Química; Segurança e Biblioteca entre outras questões; a segunda, uma Escola Regular que em 2019 possuía um IDEB menor em relação às demais Escolas Regulares, além de inferior às Escolas de Referência.

Os diferentes tipos de escolas acabam promovendo um grande abismo socioeducacional a depender de onde os jovens estudam. Pois, cada uma dessas escolas é avaliada pelo mesmo parâmetro – Língua Portuguesa e Matemática. As avaliações fazem parte do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), e no contexto nacional são elaboradas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) do Ministério da Educação, que a partir do resultado associado à taxa de aprovação das escolas obtém os Índices de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), de acordo com as informações abaixo:

O Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) é um conjunto de avaliações externas em larga escala que permite ao Inep realizar um diagnóstico da educação básica brasileira e de fatores que podem interferir no desempenho do estudante.

Por meio de testes e questionários, aplicados a cada dois anos na rede pública e em uma amostra da rede privada, o Saeb reflete os níveis de aprendizagem demonstrados pelos estudantes avaliados, explicando esses resultados a partir de uma série de informações contextuais.

O Saeb permite que as escolas e as redes municipais e estaduais de ensino avaliem a qualidade da educação oferecida aos estudantes. O resultado da avaliação é um indicativo da qualidade do ensino brasileiro e oferece subsídios para a elaboração, o monitoramento e o aprimoramento de políticas educacionais com base em evidências. As médias de desempenho dos estudantes, apuradas no Saeb, juntamente com as taxas de aprovação, reprovação e abandono, apuradas no Censo Escolar, compõem o Índice de Desenvolvimento

da Educação Básica (Ideb). <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/saeb-em-julho-de-2023>.

A Secretária de Educação do Estado de Pernambuco possui desde o ano de 2000 o Sistema de Avaliação Educacional de Pernambuco (SAEPE) que produz o Índice de Desenvolvimento de Educação de Pernambuco (IDEPE). Para o cálculo anual do IDEPE, são considerados o fluxo escolar (taxa de aprovação), com base no Censo Escolar da Educação Básica, e o desempenho dos estudantes na avaliação do SAEPE. Abaixo dados do Portal da Educação de Pernambuco:

O SAEPE é um sistema de avaliação externa em larga escala, composto por um conjunto de instrumentos, realizado anualmente pela SEE/PE desde os anos 2000, e que tem por objetivos, no âmbito educacional: I – Produzir indicadores educacionais para o Estado, Municípios, Regiões e Escolas, tendo em vista a manutenção da comparabilidade dos dados, permitindo, assim, o incremento das séries históricas; II – Avaliar a qualidade, a equidade e a eficiência da educação ofertada no Estado em seus diversos níveis governamentais e III – Subsidiar a elaboração, o monitoramento e o aprimoramento de políticas públicas em educação baseadas em evidências, com vistas ao desenvolvimento social e econômico de Pernambuco. <https://portal.educacao.pe.gov.br/idepe/> em julho de 2023

A Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco, nosso campo de estudo, tem como composição 16 Gerências Regionais de Educação (GREs) e 1.055 escolas na rede estadual, sendo 420 escolas de Referência (EREM, EREFEM e EREF), 50 ETE (Escolas Técnicas), 436 escolas regulares e 149 escolas indígenas. Das 436 escolas regulares, 19 são escolas prisionais e/ou CASE/CENIP.

A pesquisa foi realizada na Gerência Regional de Educação Sul (GRE Recife Sul) por congregar mais escolas que a GRE Recife Norte.

GRE Recife Sul- 82 escolas

GRE Recife Norte - 75 escolas

A Gerência Regional Recife Sul, é composta por 82 escolas que estão divididas entre Escolas Regulares, EREMs (Escolas de Referência em Ensino Médio (que são divididas entre integrais e semi-integrais)), EREFEMs (Escolas de Referência em Ensino Fundamental e Médio – Integrais e Semi-integrais), EREFs (Escolas de Referência em Ensino Fundamental – que são semi-integrais e integrais), ETEs (Escolas Técnicas – Integrais) e Escolas prisionais. Dessas, 59 são escolas regulares, ou seja, os estudantes que lá estão matriculados possuem 5 (cinco) aulas por dia em apenas um turno que pode ser manhã, tarde ou noite. Nas

EREMs Integrais (Escola de Referência em Ensino Médio), os alunos possuem uma jornada de ensino-aprendizagem de 45 horas por semana; já as EREMs Semi-integrais ou Integral de dois turnos possuem uma jornada de 35 horas semanais. Os dados evidenciam que uma das formas de desigualdade educacional entre os estudantes de uma Escola Regular e outro de uma Escola de Referência se dão pela carga horária que ambos possuem em suas respectivas escolas, o que poderá repercutir no desempenho dos estudantes e seu possível ingresso em uma Instituição de Ensino Superior (IES).

A pesquisa se constitui um Estudo de Caso tendo como referência o *Estudo de Caso Múltiplos* (Robert Yin, 2010), estratégia de estudo para temas com ampla variedade de dados. Assim na GRE Recife Sul foram selecionadas uma Escola Integral que não atingiu a meta estabelecida para o IDEB de 2019 e uma Escola Regular com IDEB baixo em 2019. Identificamos as escolas selecionadas por tipos e letras, assim denominadas:

Escola Regular V19

Escola de Referência em Ensino Médio I

A pesquisa se constituiu com estudo bibliográfico, revisão da literatura, análise documental e aplicação de questionário com os estudantes do 3º ano do Ensino Médio sobre as desigualdades educacionais de uma Escola Integral de Referência do Ensino Médio da Secretaria de Educação de Pernambuco e uma Escola Regular, todas com baixo IDEB da Gerência Regional Recife Sul. Analisamos também dados secundários que nos permitiram compreender os resultados das avaliações de larga escala no Estado de Pernambuco. Trabalhamos com dados do IDEB de 2019, tendo em vista que em 2020 os dados não são suficientes, devido ao confinamento vivenciado por toda a sociedade, e consequentemente o fechamento das escolas, causado pela pandemia da Covid-19.

TABELA 01-ESCOLAS SELECIONADAS

ESCOLA / LETRA	TIPO	CARGA HORÁRIA
Escola RegularV19	Regular	20h/semanais – Diurna 16h/semanais - Noturna
Escola de Referência em Ensino Médio I	Integral	45h/semanais

Fonte: Própria Autora 2023.

A tabela abaixo mostra as escolas com os respectivos IDEBs por ano, mostrando as escolas que não atingiram a meta estabelecida entre a secretaria de educação e a escola:

TABELA 02 - ESCOLAS SEMI-INTEGRAIS E INTEGRAIS

Escolas Integrais	2017	Meta	2019	Meta
1- EREM A	SEM DADOS	-	4,4	0
2- EREM B	4,3	0	4,7	4,5
3- EREM C	3,9	0	4,5	4,1
4- EREFEM D	3,7	3,6	4,5	3,9
5- EREM E	4,1	0	4,9	4,4
6-EREM F	SEM DADOS	-	4,1	0
7- EREM G	SEM DADOS	-	3,8	0
8- EREM H	4,7	0	4,8	5
9- EREM I	4,2	0	4,2	4,4
10- EREFEM J	4,1	3,8	4,6	4
11- EREM K	4,2	0	4,1	4,4
12- EREM L	4,6	0	4,7	4,8
13- EREFEM M	4,7	0	4,6	4,9
14- EREFEM N	SEM DADOS	-	3,8	0
15- EREM O	4,7	0	4,6	4,9
16- EREM P	3,7	0	3,9	3,9
17- EREM Q	3,7	-	4,8	4
18- EREFEM R	SEM DADOS	-	3,9	0
19- EREM S	SEM DADOS	-	4,8	0
20- EREFEM T	3,7	0	3,8	3,9
21-EREFEM U	3,6	0	SEM DADOS	-
22- EREM V	4,4	0	4,6	4,6
23- EREM W	5,3	0	4,9	5,5
24- EREM X	4	0	4,5	4,3
25-EREM Y	SEM DADOS	-	3,9	0
26-EREM Z	3,9	0	4,6	4,1
27-EREFEM A1	3,3	0	3,7	3,5
28-EREM B2	3,8	0	3,8	4
29-EREM C3	4,4	0	4,8	4,6
30-EREM D4	4,4	0	4,6	4,6
31-EREM E5	4,8	0	5,4	5
32-EREM F6	5,1	0	5,3	5,3
33-EREM G7	SEM DADOS	-	3,4	0
34-EREM H8	3,4	0	3,5	3,6
35-EREM I9	4,8	0	4,8	5
36-EREM J10	3,7	0	4,3	3,9

Fonte: Própria autora 2023

É importante ressaltar que das 43 escolas que estão no site da Secretaria de Educação tidas como Escolas de Referência, apenas 36 atendem o Ensino Médio, as outras 7 atendem ao Ensino Fundamental.

Das 59 Escolas Regulares em 2017, 19 atendiam ao público do Ensino Médio, o restante era direcionado ao Ensino Fundamental I e II. As que têm um asterisco se deve a um número de participantes no SAEB insuficiente para que os resultados sejam divulgados. Nas que possuem dois asteriscos, são escolas que não participaram do SAEB ou que não atenderam os requisitos necessários para ter o desempenho calculado. Na tabela abaixo seguem os IDEBs de 2017 e de 2019.

TABELA 03 - ESCOLAS REGULARES

Escolas Regulares:	2017/META	2019/META
1- Escola A1	3,7	3,8
2- Escola B2	*	3,8
3- Escola C3	*	**
4- Escola D4	4,1	4,2
5- Escola E5	*	3,7
6- Escola F6	*	3,8
7- Escola G7	3,7	3,9
8- Escola H8	*	3,9
9- Escola I9	*	4,8
10- Escola J10	3,7	3,8
11- Escola K11	3,5	**
12- Escola L12	3,8	3,9
13- Escola M13	3,9/0	4,1
14- Escola N14	3,5	**
15- Escola O15	*	3,9
16- Escola P16	3,8	3,8
17- Escola Q17	3,3	3,7
18- Escola U18	*	3,4
19- Escola V19	3,4/0	3,5(Resultado do IDEB) 3,6(Meta não atingida)

Fonte: Própria autora 2023.

É importante destacar que algumas escolas têm diminuído ou encerrado turmas do Ensino Médio no período noturno. Esse dado poderia passar despercebido visto que muitas dessas escolas possuem o EJA (Educação de Jovens e Adultos), uma forma de acelerar o ensino daqueles que estão com distorção idade/série. O turno da noite normalmente é o mais concorrido entre jovens que trabalham e estudam, os quais muitas vezes têm que buscar escolas distantes contribuindo assim para o abandono e/ou desistência de alguns desses estudantes. Além disso, outro fato que não se deve deixar de observar é que das 36 Escolas de Referência, 14 atingiram a meta do último IDEB, 2021. A média é calculada a partir do número de aprovações e a nota no SAEPE.

Utilizamos também a análise documental de avaliações internas e externas da escola, como o IDEB e Censo Escolar entre outros dados relacionados à qualidade educacional, como indicadores de caminhos que justifiquem o baixo desempenho escolar dos estudantes e suas consequências.

Entre as escolas pesquisadas iniciamos a apresentação dos dados pela escola de referência, denominada de EREM I, que no ano de 2019 teve seu IDEB de 4,2, mas apesar de atingir uma nota razoável ainda se manteve abaixo de outras escolas também de referência em Ensino Médio. Além disso, não conseguiu atingir a sua meta que era de 4,4.

Então, numa tentativa de compreender quais as razões que impediram a escola de atingir a meta estabelecida pela Secretaria de Educação fui à escola para coletar os dados e assim analisá-los.

A EREM I possui turmas do ensino médio integral, com 45h semanais, além de Biblioteca, possui também Laboratório de Ciências/Química, Laboratório de Informática, sala de professores, refeitório e alimentação. Possui uma Quadra de Esportes pequena que não é coberta, o que pela sua localização recebe muito sol, o que inviabiliza o seu uso em determinados períodos do ano. Em 2019 teve 350 matrículas no ensino médio das quais 80 foram para o 3º Ano, o público-alvo da pesquisa. O rendimento deles foi de 100%, ou seja, ninguém reprovou ou desistiu de estudar em 2019.

O corpo docente da EREM I é composto por 17 professores efetivos/concursados e 11 professores contratados por tempo determinado (CTD), num total de 28 professores. A maioria desses professores possui especialização, alguns são mestres e doutores. Porém, um fato que chamou a atenção é que

muitos possuem mais de uma graduação e uma possui até três graduações, além da especialização.

Com relação aos investimentos com o Programa Dinheiro Direto Na Escola (PDDE) – Educação Básica, no ano de 2019 a escola adquiriu os seguintes bens: 01 impressora, 01 projetor, 01 caixa de som acústica, e 01 violão. Totalizando um valor de R\$ 6.426,00 (seis mil quatrocentos e vinte e seis reais). Além disso, a escola teve um gasto com papelaria entre material de consumo e equipamentos de materiais permanentes que totalizaram uma soma de R\$ 14.531,50 (Catorze mil quinhentos e trinta e um reais e cinquenta centavos). O que equivaleu a R\$ 20.957,50 (vinte mil, novecentos e cinquenta e sete reais e cinquenta centavos) naquele ano. Já em 2021, o bem adquirido foi um notebook no valor de R\$ 2.452,00 (Dois mil quatrocentos e cinquenta e dois reais). Os gastos com papelaria foram de 12.383,01 (Doze mil trezentos e oitenta e três reais e um centavo), entre materiais de consumo e equipamentos para a escola que não foram especificados.

De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), avalia-se o estudante da seguinte forma:

- Avançado: Aprendizado além da expectativa. Recomenda-se para os alunos neste nível atividades desafiadoras.
- Proficiente: Os alunos neste nível encontram-se preparados para continuar os estudos. Recomendam-se atividades de aprofundamento.
- Básico: Os alunos nesse nível precisam melhorar. Sugere-se atividades de reforço.
- Insuficiente: Os alunos neste nível apresentam pouquíssimo aprendizado. É necessária a recuperação de conteúdos.

A EREM I em 2019, que possuía 80 estudantes no 3º ano do Ensino Médio, diante dos critérios do INEP obteve os seguintes dados de aprendizagem de acordo com os níveis qualitativos de proficiência no Ensino Médio:

Matemática:

3% - Avançado (2 alunos)

8% - Proficiente (6 alunos)

50% - Básico (40 alunos)

39% - Insuficiente (32 alunos)

Língua Portuguesa:

0% - Avançado (0 aluno)

41% - Proficiente (6 alunos)

50% - Básico (40 alunos)

39% - Insuficiente (32 alunos)

Observação: dois estudantes não foram avaliados em Língua Portuguesa e o porquê disso não foi esclarecido.

Quanto à Escola Regular, houve alguns entraves ao realizar a pesquisa na primeira escola escolhida. Mesmo visitando a escola diversas vezes, tentado coletar os dados da escola, falado com os estudantes sobre a pesquisa e a aplicação do questionário, encontramos dificuldades para coletar os dados da escola. Isso porque, ao questionar a gestora sobre os dados da escola, não conseguimos ter acesso aos mesmos; ou não sabiam onde estava determinado arquivo ou não havia quem ajudasse a procurar, mesmo tendo me disponibilizado a isso. No que diz respeito aos estudantes, foi explicado sobre a pesquisa, o questionário e que era muito importante enquanto pesquisa científica. No entanto, apenas 12 estudantes responderam ao questionário nessa primeira Escola Regular. Muito embora, a gestora acompanhou-nos até a sala de aula, colocou o link da pesquisa no grupo da turma e reforçou a importância dela. Ainda assim não conseguimos um número de participantes necessário para dar continuidade com a pesquisa na escola. Diante disso, resolvemos pesquisar e coletar os dados em outra Escola Regular com os dados da avaliação em larga escala abaixo da meta pretendida.

Assim, como já apresentado anteriormente, aplicamos o questionário em 2 escolas, sendo uma Escola Regular nominada de Escola Regular V19 e uma Escola de Referência do Ensino Médio, nominada de EREM I.

A escola Regular V19, possui o Ensino Fundamental II e o Ensino Médio, além da Educação para Jovens e Adultos (EJA). No ano de 2019, teve 435 matrículas no Ensino Médio, 94 apenas nas 3 (três) turmas de 3º Ano. Essa escola no mesmo ano teve como resultado no IDEB a nota 3,5, porém a meta era de 3,6 e não foi alcançada.

Nessa escola, o corpo docente é composto de 25 professores, sendo 13 efetivos, 12 contratados por tempo determinado (CTD), dos quais 15 possuem pós-graduação *lato sensu*, três possuem mestrado e quatro possuem doutorado. Ou seja, dos 25 professores, 22 possuem formação continuada.

O percentual de estudantes com o aprendizado adequado em 2019 era de 21% em Língua portuguesa e 2% em matemática.

Em 2019 a Escola Regular V19, teve como dados de aprendizagem nos quatro (quatro) níveis qualitativos de proficiência no Ensino Médio determinados pelo INEP os seguintes indicadores:

Matemática:

0% Avançado

2% Proficiente (2 alunos)

32% Básico (30 alunos)

66% Insuficiente (62 alunos)

Língua portuguesa:

0% Avançado

21% Proficiente (19 alunos)

36% Básico (34 alunos)

44% Insuficiente (41 alunos)

Fonte: Saeb, INEP. 2019

A Escola Regular V19 possui uma Biblioteca, sala dos professores, refeitório, um laboratório de Ciências/Química desativado porque o forro do teto caiu e com muitas goteiras quando chove, a quadra teve sérios problemas com a cobertura e estava interditada. Na verdade, a escola inteira sofre com os períodos de chuva. Ao visitar a escola para a coleta de dados verifiquei que a sala dos professores foi interditada, o pátio estava alagado e muitas goteiras em toda a escola. Questionei a alguns professores sobre isso e falaram que não adianta fazer uma reforma, pois “todo ano é assim”, cheguei à conclusão com os relatos que se tratava de paliativos e não uma reforma séria que solucionasse os problemas.

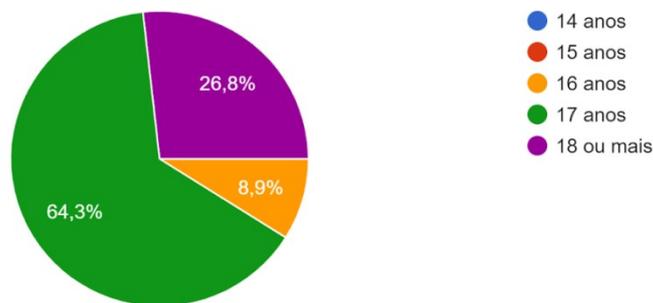
Quanto ao questionário aplicado nas escolas, obtivemos 56 respostas dos estudantes do 3º Ano. Dentre as respostas, 42 foram dos alunos da Escola de Referência (EREM I) e 14 respostas dos estudantes da Escola Regular (Escola V19). Percebemos que os estudantes da Escola Regular foram resistentes em participarem na pesquisa, embora tenhamos passado nas salas de aula solicitando que os estudantes respondessem a pesquisa que seria realizada

usando como instrumento de coleta o questionário. Penso que isso também é um dado importante no que diz respeito ao que pensa os estudantes diante de suas perspectivas e visões da Escola Pública. Nesse sentido, no intuito de conhecer quem são os estudantes que estão nas Escolas Públicas Estaduais a partir do recorte de uma Escola Regular e uma EREM, os dados que obtivemos foram os seguintes:

GRÁFICO03 - Idade dos Estudantes

2. Qual a sua idade?

56 respostas



Fonte: Própria autora

Dos 56 estudantes que responderam a pesquisa, 36 deles possuem 17 anos de idade, o equivalente a 64,3%, ou seja, dentro da faixa etária regular para um estudante nesta etapa do ensino. Dos que possuem 18 anos ou mais são 26,8%, isto é, 15 estudantes. E 8,9% (5 estudantes) possuem 16 anos de idade. Entre os estudantes que estão fora da faixa etária, todos são de Escola Regular, o que nos leva a crer que essa distorção se deve a algum problema que o estudante teve em seu percurso educacional que fez com que ele(a) perdesse algum ano escolar. Porém, faz-se necessário destrinchar esses dados, pois esses acima são os dados totais. Dentre os 42 estudantes que estudavam na EREM I, 30 deles tinham 17 anos, 8 tinham 18 anos ou mais e 4 alunos tinham 16 anos de idade. Somado a isso, a Escola Regular V19, 14 estudantes responderam à pesquisa e entre eles obtive os seguintes dados: 7 alunos possuíam 18 anos ou mais, outros 7 estavam com 17 anos de idade. Foram respondentes 34 estudantes do sexo feminino e 22 do sexo masculino. Percebe-se que há uma maior distorção entre a idade do estudante e a série que está matriculado. Isso denuncia uma dificuldade em seu percurso

estudantil, que impediu que esse estudante estivesse na idade certa para a sua turma.

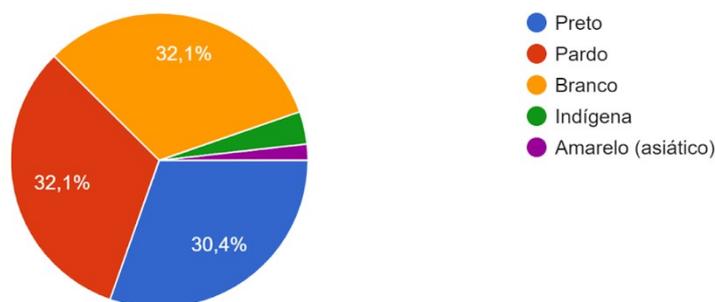
A partir desses dados ficou mais ainda evidenciada a compreensão que muitos desses estudantes, que são estudantes de escolas públicas, são vítimas de um sistema social desigual e, portanto, que os excluem socialmente. Se os estudantes não estão na idade regular para a turma na qual eles estão matriculados, isso significa que muitos foram os problemas por eles enfrentados como, por exemplo, as reprovações e até mesmo o abandono escolar. Vale ressaltar que o sistema educacional pernambucano direciona a vida educacional desses estudantes, isso porque, existe um limite de idade para que eles ou elas possam continuar no ensino regular e uma vez passado esse limite esse jovem é direcionado para o projeto chamado de Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Prosseguindo a análise dos dados, destaco que no que diz respeito a como eles se identificam perante sua etnia de acordo com a classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 18 estudantes se reconhecem pardos, o que equivale a 32,1% e, desses, 18 se reconhecem como pretos (30,4%), 32,1% se percebem como brancos (18), seguidos de 1,8% para amarelos (asiáticos) 1 estudante e 2 indígenas (3,6%) como mostra o gráfico abaixo:

GRÁFICO 04 - AUTOCLASSIFICAÇÃO DOS ESTUDANTES DE ACORDO COM O IBGE

6. De acordo com a classificação do IBGE, como você se define?

56 respostas



Fonte: Própria Autora 2023

Porém, ao explicitar escola por escola a compreensão dos dados fica mais fluida. Na Escola Regular V19, 7 estudantes se autodeclararam pretos, 5 pardos e 2 brancos. Lá também não foi encontrado nenhum indígena ou amarelo (asiático). Já

na EREM I, entre as 42 respostas do questionário, 11 estudantes se autodeclararam pretos, 13 pardos, 15 brancos, 2 indígenas e 1 amarelo (asiático).

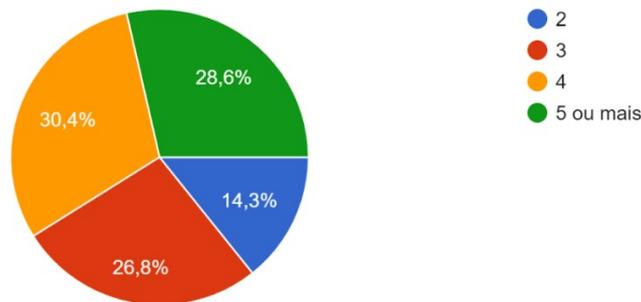
A perspectiva da construção do ser social e cidadão vem sendo trabalhadas nas escolas mesmo tendo em vista o crescente desinteresse dos jovens pela mesma. Segundo Bourdieu e Passeron (1970), a escola vem ao longo da história reproduzindo as desigualdades educacionais. Ao traçarmos um paralelo com o perfil socioeconômico dos estudantes das escolas públicas, percebemos que a maior parte dos estudantes das escolas pesquisadas, mais de 60%, são negros e pardos, sejam de escolas de referência ou regulares. Dito de outra forma, a maior parte desses estudantes não possuem acesso aos bens culturais, Capital Cultural que a escola espera deles.

No gráfico a seguir, pergunto quantas pessoas moram com eles/elas em suas casas. Percebe-se que a maioria dos estudantes moram em casa com muitos parentes, seja pai, mãe, irmãos e/ou outros responsáveis.

GRÁFICO 05 - PESSOAS QUE MORAM COM OS ESTUDANTES

7. Incluindo você, quantas pessoas moram na sua casa?

56 respostas



Fonte: Própria Autora 2023.

De acordo com o gráfico acima podemos observar um fato interessante: se 28,6% dos estudantes moram com 5 ou mais familiares, a maioria dentre os pesquisados, e comparando com o questionário socioeconômico realizado pelo site Edu Gestão (<https://gestao.qedu.org.br>), responsável por inserir dados e indicadores das escolas em todo o país, podemos observar que esses estudantes não possuem cômodos dentro da casa em que vivem para todos. Isso fica mais perceptível aos desmembrar esses dados entre as escolas pesquisadas, observe: Na EREM I, 14

estudantes moram com 5 ou mais pessoas na mesma casa, 13 moram com mais de 3 pessoas que dá um total de 4 pessoas morando na mesma casa, já na residência de 10 alunos 3 pessoas moram com eles e na casa de 5 estudantes, apenas 2 pessoas residem na mesma casa, contando com o estudante.

Na Escola Regular V19 possuem 3 estudantes que moram com mais 4 pessoas que somadas com ele dão 5 pessoas na mesma casa. E 4 estudantes moram com outras 3 pessoas totalizando 4 pessoas na residência. 5 estudantes moram em uma casa com 3 pessoas, ou seja, ele e mais dois familiares. E 3 estudantes moram com mais uma pessoa que equivale a 2 pessoas na residência.

Os gráficos abaixo se referem à Escola Regular e à EREM respectivamente, e percebemos que a maioria, ou seja, no primeiro gráfico 53% e no segundo 63% estudantes só possuem 2 quartos na casa em que vivem, para 5 ou mais familiares. Então poderíamos deduzir que este jovem não possui espaço adequado para estudar em sua casa.

GRÁFICO 06 - DESCRIÇÃO DOS ITENS NA CASA DOS ESTUDANTES DA ESCOLA REGULAR V19

9 - Dos itens relacionados abaixo, quantos existem na sua casa?

Total de respondentes: 91

↔ Comparar

● Nenhum. ● 1. ● 2. ● 3 ou mais.

Geladeira.



Tablet.



Computador (ou notebook).

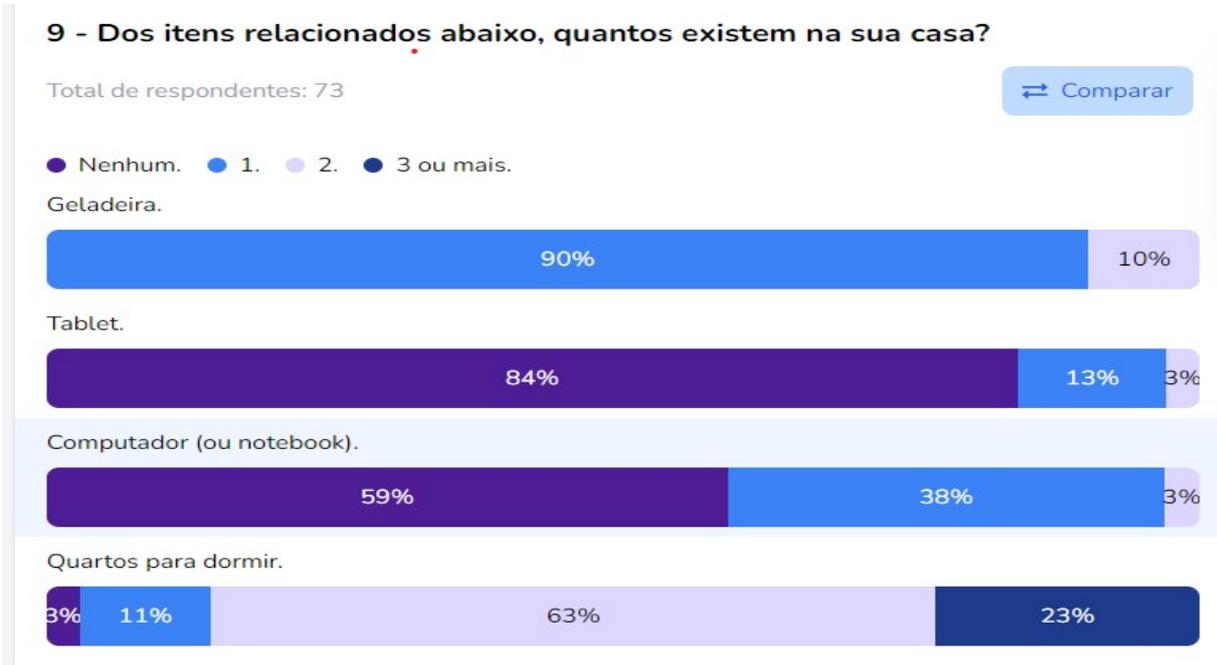


Quartos para dormir.



Fonte: Dados da Escola Regular V19 no portal: [http://academia.qedu.org.br/prova-brasil/questionario-contextual/\(2023\)](http://academia.qedu.org.br/prova-brasil/questionario-contextual/(2023))

GRÁFICO 07- DESCRIÇÃO DOS ITENS NA CASA DOS ESTUDANTES DA EREM I



Fonte: Dados da Escola EREM I no portal: [http://academia.qedu.org.br/prova-brasil/questionario-contextual/\(2023\)](http://academia.qedu.org.br/prova-brasil/questionario-contextual/(2023))

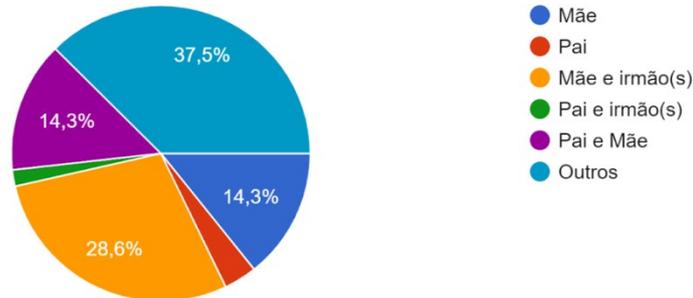
Ao observarmos os dois gráficos acima, no quesito “quartos de dormir”, percebemos que nas duas escolas pesquisadas a grande maioria dos estudantes reside em uma casa que possui apenas dois (2) quartos. E, diante disso e cruzando os dados da pergunta anterior sobre com quantas pessoas residem com o estudante percebemos que esses jovens não possuem as mínimas condições para estudar em casa. Podemos deduzir que durante a pandemia da covid-19 existiu grandes dificuldades para as aulas remotas. A crise sanitária mundial agravou as desigualdades educacionais a qual eles são submetidos cotidianamente que Bourdieu Chamou de Habitus, em que as vítimas desse processo sequer percebem que estão sendo lesados culturalmente.

Somado a isso, tendo em vista que esse questionário foi realizado em 2023, percebe-se as dificuldades enfrentadas por esses jovens no contexto da pandemia da Covid-19, já que passaram por um período de aulas on-line e poucos possuem computadores e/ou tablet. Esses dados retratam como a desigualdade social na qual os estudantes estão inseridos, interfere diretamente nas condições de aprendizagem e conseqüentemente no desempenho escolar, trata-se de uma reação em cadeia que produz disparidades educacionais.

GRÁFICO 08 – COM QUEM MORAM OS ESTUDANTES?

8. Com quem você mora?

56 respostas



Fonte: Própria Autora.

A análise sobre com quem os estudantes moram é muito importante para traçar um perfil socioeconômico deles. E, o gráfico acima demonstra bem isso, pois, 37,5% o que equivale a 21 estudantes que moram com outros familiares, 3,6% ou apenas dois estudantes moram com o pai. Já 28,6%, que em números reais são 16, moram com a mãe e irmãos. Dos que moram com pai e mãe na mesma casa são 8 estudantes ou 14,3%, a mesma quantidade dos que moram com pai e mãe. Apenas 1,8% dos estudantes moram com o pai e com irmãos.

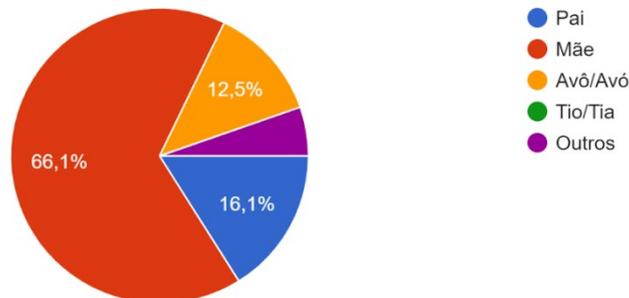
Essa é uma análise importante porque a partir desses dados podemos compreender inclusive, alguns comportamentos dos estudantes dentro das escolas, como se dá os relacionamentos familiares, a convivência com pais e irmãos. Além de tentar entender os comportamentos deles dentro da escola, como se relacionam com os colegas, com os professores e demais trabalhadores da escola.

Ainda nesse quesito, a maioria dos estudantes vive com a mãe, sendo a responsável principal, como mostra o gráfico abaixo:

GRÁFICO 09 - RESPONSÁVEL PELOS ESTUDANTES

9. Quem é seu responsável?

56 respostas



Fonte: Própria Autora.

De acordo com o gráfico acima, 66,1% dos estudantes possuem a mãe como responsável pela família e mantenedora do lar. Em contrapartida, apenas 16,1% têm como seu responsável o pai, o que mostra a disparidade perante os números e as relações sociais. Outro fato que chama atenção, é que 12,5% possuem as avós como responsáveis. Evidenciando uma presença forte das mulheres na responsabilidade na educação dos filhos e netos. Apresentando os dados por escolas essa questão fica bem evidenciada em relação a presença das mulheres e ausência dos pais na vida e educação dos filhos e filhas. Na Escola Regular V19, dos 14 estudantes que responderam o questionário, 11 afirmaram que têm a mãe como sua responsável, 1 mora com o avô ou avó, 1 tem o pai como responsável e 1 outra pessoa mora com outro ente familiar. Já na EREM I, esses mesmos dados se confirmam, pois dos 42 estudantes entrevistados, 23 têm a mãe como responsável, 5 moram com os avós, 2 moram com outros parentes, e 8 estudantes têm como responsável o pai. Essas informações revelam que a desigualdade social e educacional caminham juntas na realidade analisada.

Ao questionar os estudantes acerca da profissão de seus responsáveis as ocupações relatadas foram as seguintes:

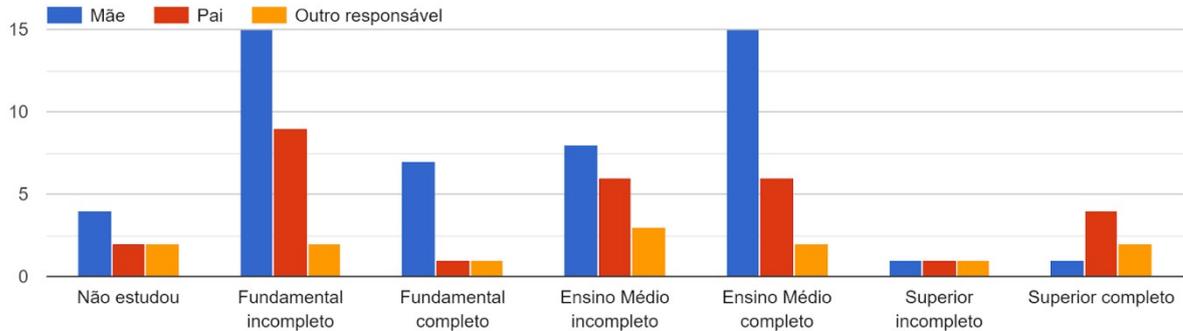
- Doméstica
- Entregador
- Aposentada
- Fotógrafo
- Entregador

- Técnica de enfermagem
- Manicure
- Representante comercial
- Trabalha no comércio (não especificou em que)
- Dona de casa
- Desempregada
- Policial
- Estudante
- Porteiro
- Faxineira
- Gesseiro
- Caixa de mercado
- Trabalha com fibra
- Autônomo
- Descarregador
- Serviços gerais
- Vendedor
- Cozinheira
- Artesão
- Cabeleireira

Pelas ocupações dos pais e/ou responsável descritas pelos estudantes percebe-se que está diretamente ligada com o que está descrito no gráfico abaixo:

GRÁFICO 10 - ESCOLARIDADE DE RESPONSÁVEIS

11. Qual o grau de escolaridade de seus pais e/ou responsáveis? (Grau de instrução):



Fonte: Própria Autora 2023.

De acordo com o gráfico acima, as mães desses estudantes são as que possuem maior tempo de escolaridade os pais só se sobressaem no quesito superior incompleto. Esses dados retratam também uma desigualdade de gênero no acesso à educação.

A escolaridade dos pais e/ou responsáveis dos estudantes por escola ficou assim na Escola Regular V19: 1 mãe não estudou, 3 mães e 2 pais não concluíram o Ensino Fundamental, 4 mães concluíram o Ensino fundamental, 2 pais e 1 outro parente não concluíram o Ensino Médio, já 6 mães conseguiram concluir o Ensino Médio e 1 pai concluiu o Ensino Superior.

Quanto aos dados da EREM I notamos que há um processo de maior escolarização entre as mães dos estudantes, entre os responsáveis que não estudaram foram 7, dois pais, 3 mães e 2 outros parentes. Entre os que possuem o Ensino Fundamental Incompleto somaram 25, entre eles, 8 pais, 15 mães e 2 outros parentes. Com o Ensino Fundamental completo são 22, dos quais 7 são pais, 13 mães, e outros 2. Com o Ensino Médio incompleto existe 1 pai, 3 mães e outro parente. Mas com o Ensino Médio completo são 7 pais, 9 mães e 2 outros familiares. Já com o Ensino Superior incompleto há 1 pai, 1 mãe e 1 outro. E com o Ensino Superior completo há 3 pais, 1 mãe e 2 outros parentes. Apesar de toda responsabilidade, percebe-se que as mães buscam dar continuidade aos estudos.

Os dados apresentados, novamente retratam como o processo de escolarização dos pais e, sobretudo das mães interfere na condição social em que estão inseridos os estudantes. As mães, que em sua maioria são as responsáveis

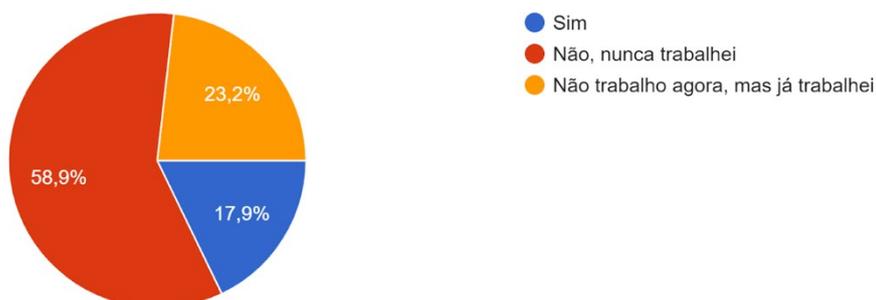
pelos estudantes, não possuem uma formação eficiente e necessária para que possuam uma melhor qualificação no mercado de trabalho. Vivem uma situação de desigualdade socioeconômica junto com seus filhos, que enfrentam uma desigualdade educacional a depender em qual escola esse estudante esteja matriculado. E, conseqüentemente, sem um processo de escolarização eficiente, as chances de obter empregos com remunerações dignas são cada vez menores.

Já no gráfico abaixo perguntei se além de estudar esses jovens trabalham:

GRÁFICO 11 - RELAÇÃO DOS ESTUDANTES COM O TRABALHO E A ESCOLA

12. Além de estudar você trabalha?

56 respostas



Fonte: Própria Autora 2023.

Os dados apresentam que 58,9% dos estudantes nunca trabalharam, em números reais equivale a 33 alunos dos quais 27 estavam matriculados na EREM e 5 deles na Escola Regular. Entre os que trabalham 17,9%, isto é, 11 estudantes, 7 estavam matriculados na Escola Regular (V19) pesquisada e 4 estavam matriculados na EREM I. Dos que não trabalham agora, mas já trabalharam são 23,2% ou 13 estudantes respectivamente e desse montante 10 estudam na escola integral, isto é, como a escola é em horário integral com 45h semanais estudar e trabalhar fica inviável. Os três restantes estavam matriculados em uma escola regular.

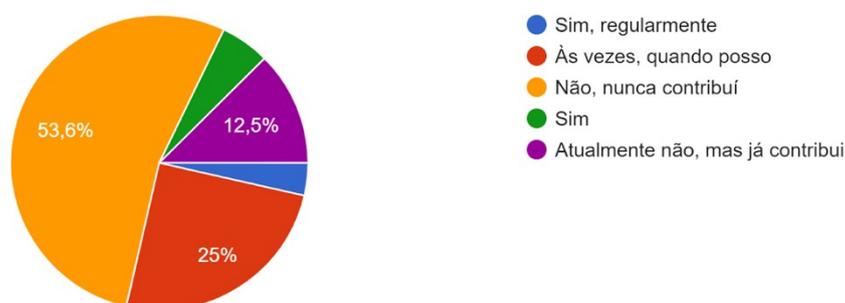
Assim, na Escola Regular V19, dos 14 entrevistados, 5 não trabalham e nem nunca trabalharam, 4 trabalham e 3 não trabalham agora, mas já trabalharam. Entretanto, na EREM I, entre os 42 estudantes entrevistados, 27 não trabalham e nem nunca trabalharam, 10 não trabalham agora, mas já trabalharam (provavelmente antes de estudar na escola integral) e 4 trabalham.

É importante observar como esses dados da desigualdade social comungam e são também responsáveis pelas desigualdades educacionais desses estudantes. Observa-se que os estudantes matriculados na EREM I estão inseridos em um contexto social, ao menos economicamente, melhor do que aqueles que estão matriculados em uma escola regular. Pensando no contexto de desigualdade educacional, se um estudante não tem a necessidade urgente de trabalhar e estudar ao mesmo tempo, sobretudo nessa fase educacional que é a educação básica, pode-se deduzir que as oportunidades deles serão maiores do que os que não possuem essa oportunidade. Somado a isso, esses dados também revelam a desigualdade educacional deles, já que para que possam estudar e trabalhar é necessário conciliar com o tempo dos estudos. Assim, os estudantes que estão matriculados na escola regular, em sua maioria são aqueles que trabalham e estudam.

GRÁFICO 12 - CONTRIBUIÇÃO DOS ESTUDANTES COM A RENDA FAMILIAR

13. Você contribui financeiramente com as despesas de sua casa:

56 respostas



Fonte: Própria Autora 2023.

De acordo com o gráfico acima, na 13ª pergunta do questionário, indaguei os alunos(as) se eles(as) contribuíam financeiramente com as despesas da casa. Desses, 53,6% não contribuem e nem nunca contribuíram, o que equivale a 30 estudantes em que 25 estão matriculados na EREM I e 5 na Escola Regular V19. São 7 os estudantes ou 12,5% que atualmente não contribuem, mas já contribuíram e 6 estão matriculados na EREM I e apenas 1 na escola regular. Entre o que contribuem regularmente são 2 estudantes ou 3,6% em que 1 está matriculado na EREM e ou outro na escola V19. Quanto a 5,4% ou 3 estudantes contribuem, mas não relataram a frequência e 25% ou 14 estudantes ajudam sempre que podem. Ou

seja, entre os estudantes que contribuem, a maioria estuda na Escola Regular V19. Isso retrata uma desigualdade socioeconômica na qual estão inseridos esses estudantes. Ao separar esses dados por escola percebe-se a disparidade socioeconômica entre os estudantes, por exemplo, na Escola Regular V19, entre os 14 entrevistados, 5 não contribuem e nem nunca contribuíram, 1 contribui regularmente, 6 contribuem quando podem, 2 contribuem, mas sem dizer se sempre e 1 não ajuda em casa agora, mas já contribuiu.

Diferente da EREM I, 25 estudantes não contribuem e nem nunca contribuíram, 6 atualmente não contribuem, mas já contribuíram, 8 contribuem às vezes, quando podem, 2 contribuem sem responder a frequência e apenas 1 contribui regularmente. Entre esses, apenas 3 trabalham de fato e contribuem os demais não, isso significa que a maioria, apesar das dificuldades têm mais tempo para estudar.

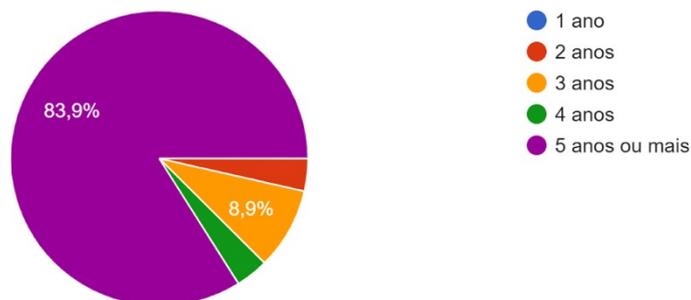
Além disso, dividir o tempo escolar da educação básica com o trabalho pode diminuir significativamente as chances desses jovens de ingressar em uma universidade pública, e/ou até mesmo um curso técnico.

Apesar de 53,6% dos estudantes não contribuírem e nem nunca terem ajudado financeiramente em casa, os demais 46,4% no total, se não contribuíram no passado, contribuem, seja regularmente ou não. Neste cenário observa-se como as juventudes que frequentam a escola pública possuem perspectivas imediatas diferentes em relação as juventudes que as famílias têm maior poder aquisitivo.

GRÁFICO 13 - TEMPO EM QUE O ESTUDANTE ESTUDA EM ESCOLA PÚBLICA

14. Quantos anos faz que você estuda em escola Pública?

56 respostas



Fonte: Própria Autora.

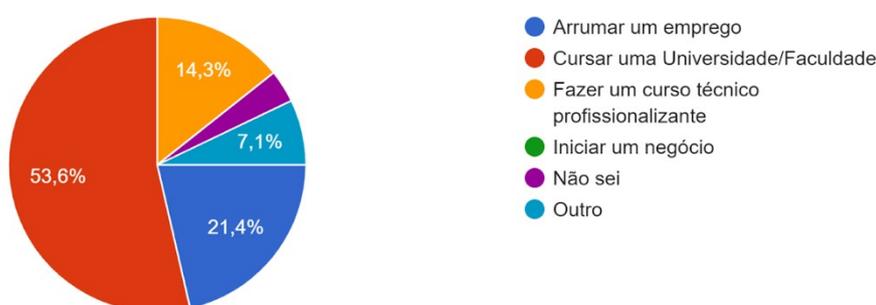
De acordo com o gráfico acima, a maioria absoluta dos estudantes pesquisados estudam há 5 anos ou mais em escolas públicas. São 83,9%, o que equivale a 47 alunos (as). Dos que estudam 3 anos em escola pública são 5 ou 8,9%. Esse último dado pode ser um indicativo que o estudante que está há 3 anos matriculado em uma escola pública esteja em busca das cotas para estudantes de escola pública, ou almeja as oportunidades de estágios e outros programas direcionados as redes públicas. Nesse ponto questionado, nenhum estudante está há um só ano em escola pública. Apenas 2 estudantes ou 3,6% estudam há 4 anos em escola pública e 2 estudantes ou 3,6% estão há 2 anos na escola pública. Ao separar por escola obtive os seguintes resultados: na Escola Regular V19, 10 estudam a 5 anos ou mais, 2 estudam há 4 anos e 2 alunos estudam há 3 anos em escola pública. Em relação à EREM I, temos os seguintes dados, 37 estudantes estudam há 5 anos ou mais tempo em escola pública. Apenas 2 estudam há 3 anos e outros 2 há 2 anos também. Percebe-se que a grande maioria cursou o Ensino Fundamental também em escola Pública.

Esse gráfico revela que 83,9% desses estudantes estudam em escola pública há pelo menos 5 anos. Isso revela que seu processo de escolarização se deu em sua grande maioria em escola pública. Dado bastante revelador das condições socioeconômicas das famílias desses estudantes.

GRÁFICO 14 - PLANEJAMENTO DOS ESTUDANTES QUANDO TERMINAR O ENSINO MÉDIO

15. O que pretende fazer quando terminar o Ensino Médio?

56 respostas



Fonte: Própria Autora 2023.

No quesito da perspectiva de futuro os estudantes responderam da seguinte maneira, como mostra o gráfico acima que 53,6% ou 30 estudantes pretendem

cursar uma Universidade ou Faculdade e 21,4% ou 12 pretendem arrumar um emprego. Em menor percentual, 14,3% ou 8 querem fazer um curso técnico profissionalizante, 7,1% ou 4 estudantes querem fazer outra coisa que não especificaram, 3,6% ou 2 estudantes não sabem o que irão fazer quando terminar o ensino médio e nenhum pretende iniciar um negócio.

Analisando os dados por escola temos os seguintes resultados: na Escola Regular V19, 7 querem fazer uma Universidade ou Faculdade, 3 estudantes querem arrumar um emprego, 2 estudantes querem fazer um curso técnico profissionalizante e 1 estudante marcou a opção outro e um estudante não marcou nenhuma das alternativas.

Em relação à EREM I tivemos os seguintes resultados: 30 estudantes querem fazer uma universidade ou faculdade, 9 estudantes querem arrumar um emprego, 6 estudantes querem fazer um curso técnico profissionalizante, 2 estudantes responderam não saber o que fazer e 3 estudantes marcaram a opção outro. Nenhum estudante da EREM I deseja iniciar um negócio quando terminar o Ensino Médio.

Dentre os cursos que desejam se matricular após cursar o Ensino Médio estão:

- Psicologia
- Direito
- Enfermagem
- Nutrição
- Gastronomia
- Administração
- Veterinária
- Educação Física
- História
- Fisioterapia
- Medicina
- Pedagogia
- Artes Cênicas
- Farmácia
- Cinema e Áudio Visual

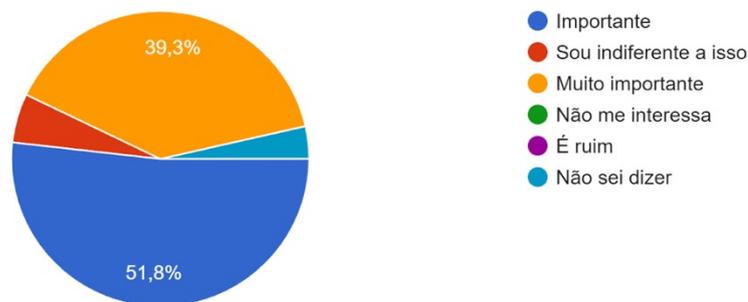
- Arquitetura e Urbanismo

Além dos listados acima, também foram citados outros cursos de nível superior e técnicos. Entende-se que esses jovens nutrem sonhos, esperanças e acima de tudo acreditam na Escola Pública. Isso porque, esses estudantes que sofrem com a desigualdade educacional nas escolas públicas do Estado de Pernambuco, ainda vêm na educação, uma perspectiva de mudança de vida. Percebe-se que a maior parte dos estudantes que possuem esse olhar são os que estão matriculados na EREM I. Entretanto, os que estão estudando na Escola Regular V19 desejam se estabelecer logo no mercado de trabalho. É importante perceber que a desigualdade educacional nas escolas poderá agravar os problemas sociais desses jovens com empregos precarizados.

GRÁFICO 15 - VISÃO DOS ESTUDANTES SOBRE A EDUCAÇÃO ESCOLAR

18. O que você pensa da educação escolar?

56 respostas



Fonte: Própria Autora 2023.

No geral, quando perguntei aos estudantes o que eles pensam sobre a educação escolar, 51,8% consideram a escola um lugar importante, 39,3% acham a escola muito importante. Esse dado me chamou muita atenção, pois dos 56 estudantes que responderam ao questionário, 45 estudantes consideram a escola importante ou muito importante. E isso desconstrói uma crença de que os jovens não se importam ou não querem nada com a escola, ao contrário, os jovens ainda veem a escola como um espaço de transformação pessoal e social. Já 5,4% ou 3 estudantes são indiferentes e 2 estudantes ou 3,6% escolheram a opção “não

sabem dizer”. Além disso, ninguém marcou a opção que a escola é ruim e isso deve ser levado em consideração.

Em relação aos dados por escola, obtemos os seguintes resultados: na Escola Regular V19, são 7 o número de estudantes que acham importante a educação escolar e igualmente 7 que acham muito importante. Já na EREM I, 23 estudantes acham importante, 15 estudantes consideram muito importante, 3 disseram ser indiferente a isso, 2 afirmaram não saber dizer. É importante pontuar que nenhum estudante disse que a escola é ruim ou que não se interessam, isso significa que apesar dos problemas que existem nas escolas, seja ela regular ou EREM, esses jovens valorizam a escola como definidora do seu futuro e de alguma forma ela preenche uma lacuna importante na vida deles.

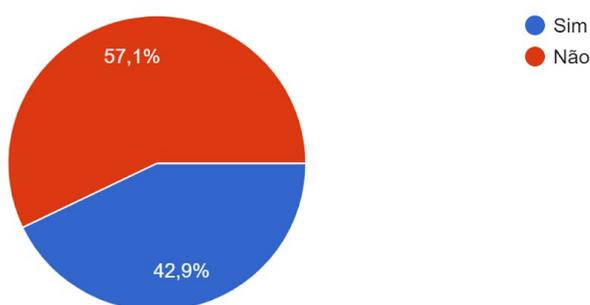
Esse importante dado sobre a visão dos estudantes sobre as escolas reafirma que eles possuem esperanças na escola na qual eles estão matriculados, além de criar vínculos positivos com a escola.

No gráfico abaixo abordamos a questão da violência nas escolas.

GRÁFICO 16 - OPINIÃO DOS ESTUDANTES SOBRE A ESCOLA SER VIOLENTA

19. Você acha a escola um lugar violento?

56 respostas



Fonte: Própria Autora 2023.

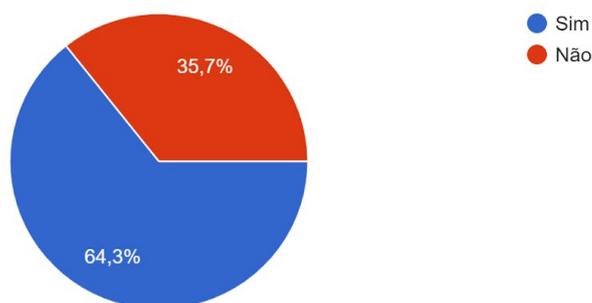
São 57,1% o percentual de estudantes que não consideram a escola um lugar violento e em números reais equivale a 32 jovens. Entretanto, 42,9% ou 24 estudantes acreditam que a escola é violenta. Um número bastante alto é verdade, e que acende um sinal de alerta aos responsáveis pela educação pública do Estado. Observando por escola os dados são os seguintes: na Escola Regular V19, 3 estudantes consideram a escola violenta e 11 estudantes não consideram a escola

violenta. A EREM I, esses números empatam e 21 estudantes consideram a escola violenta e 21 acreditam que a escola não é violenta.

GRÁFICO 17 - RELATO DOS ESTUDANTES SOBRE BULLYING NA ESCOLA

20. Você já sofreu Bullying na escola?

56 respostas



Fonte: Própria Autora 2023.

Ao perguntar se já haviam sofrido Bullying na escola 60,9% que corresponde a 42 estudantes responderam que sim, e 39,1% que corresponde a 27 jovens responderam não a esse questionamento. Achemos uma resposta contraditória à pergunta anterior, mas teriam outras análises como, por exemplo, que foi na escola atual ou em alguma escola pela qual esse estudante passou em sua vida escolar. De qualquer forma, a grande maioria já sofreu Bullying e é um dos grandes problemas que precisa ser enfrentado pelas escolas. Sabe-se que a violência é também reflexo da situação de vulnerabilidade em que muitos dos estudantes estão vivendo na sociedade e à margem da sociedade, tendo em vista que a escola poderia e/ou deveria ser mais acolhedora para que situações desse tipo não fossem uma constante dentro de uma escola. Na Escola Regular V19 foram 7 estudantes os que não sofreram bullying e 7os que já sofreram. Já na EREM I, 29 já sofreram e 13 não sofreram bullying.

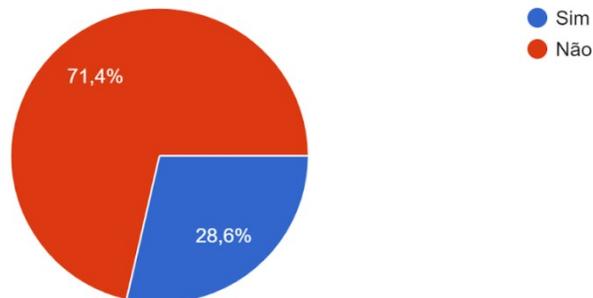
Apesar de contraditórias as respostas desse quesito com o anterior, a maioria dos estudantes que afirmaram ter sofrido bullying estão na EREM, muito embora os estudantes da Escola Regular que afirmaram a respeito da violência sofrida, não consideram a escola violenta, um paradoxo.

Porém, dentre todas as perguntas do questionário, a que resultou na resposta que mais nos deixou pensativas e entristecidas é a que mostra o gráfico abaixo:

GRÁFICO 18 - PERGUNTA AOS ESTUDANTES SOBRE O ENEM

21. Você se sente preparado(a) para fazer o Enem?

56 respostas



Fonte: Própria Autora.

Entre os jovens pesquisados 71,4% deles que corresponde a 32 estudantes, não se sentem preparados para fazer o Enem. Apenas 28,6% ou 10 se sentem preparados. Esse é um percentual muito alto da desigualdade, porque não se trata apenas dos estudantes da Escola Regular, mas da Escola Integral também. Isso nos traz uma reflexão acerca do tipo de educação que estamos oferecendo a esses estudantes e conseqüentemente à sociedade. Esses questionamentos têm adoecido muitos docentes que em dado momento acreditam ser apenas responsabilidade deles a aprovação dos jovens no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), o que não é verdade. O próprio sistema faz com que as desigualdades se perpetuem e tornem os filhos da classe trabalhadora cada vez menos preparados para alcançar níveis educacionais mais elevados como o curso superior, sobretudo em uma Universidade Pública. São muitas as reflexões que poderíamos obter com esse único gráfico, que por si só, desmascara toda uma desigualdade educacional que os estudantes de Escolas Públicas são submetidos. Observando esses dados por unidade escolar, a Escola Regular V19 são 8 estudantes que não se sentem preparados e apenas 6 que se acham preparados para fazer o Enem. Já na EREM I, 32 estudantes não se sentem preparados e 10 se sentem preparados.

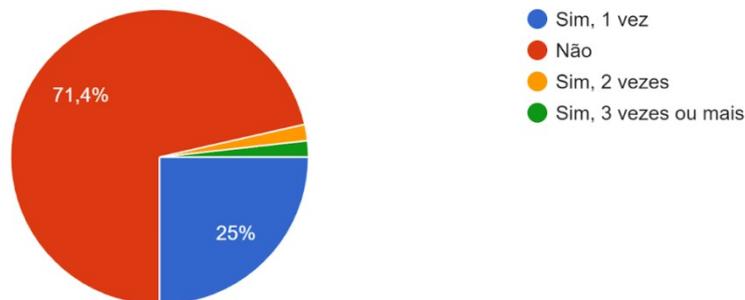
Já no gráfico abaixo perguntamos se eles já haviam reprovado na escola alguma vez e a quantidade de vezes, se fosse o caso. Dos entrevistados, 71,4% nunca sofreram com uma reprovação escolar. Já 25% reprovaram ao menos uma vez, isso explica a faixa etária e a respectiva distorção idade-série dos estudantes nas respectivas turmas. Os resultados mostram que 1,8% desses estudantes

reprovaram 2 vezes em sua trajetória escolar. E 1,8% reprovaram 3 vezes ou mais na sua vida escolar. Tudo isso pode ter causado desestímulo, falta de interesse e de aprendizagens, afinal não se sabe o que os levou a reprovação e quais os reais motivos estão ocultos com esses dados como mostra o gráfico a seguir:

GRÁFICO 19 - TAXA DE REPROVAÇÃO DOS ESTUDANTES

22. Você já reprovou alguma vez?

56 respostas



Fonte: Própria Autora.

Os dados do gráfico acima por escola foram os seguintes: na Escola Regular V19, são 8 os estudantes que nunca reprovaram, 1 que já reprovou uma vez e 1 reprovou duas vezes, nenhum estudante pesquisado dessa escola reprovou 3 vezes ou mais. Na EREM I, 32 alunos nunca reprovaram, 10 reprovaram uma vez e 1 reprovou 3 vezes ou mais, nenhum desses estudantes pesquisados nessa escola reprovaram por duas vezes. A taxa de reprovação não deixa de ser um alerta de que algum problema está acontecendo seja na escola ou com o estudante, mas que precisa ser investigado.

Sabemos-se que uma reprovação para que aconteça ela passa por inúmeros processos dentro das Escolas Públicas de Pernambuco. Os dados que são divulgados a esse respeito não são fidedignos, isso porque existe uma pressão por parte da Secretaria de Educação do Estado (SEE) bem como das gerências regionais para que isso não aconteça. Isso sem mencionar a direção das escolas. Além disso, existem aprovações parciais, ou seja, o estudante não atingiu a nota necessária para a aprovação em uma disciplina, ou em até três disciplinas, esse estudante é avaliado pelo conselho escolar que o aprova parcialmente em que esse estudante progride para o ano seguinte e fica devendo as disciplinas do ano anterior.

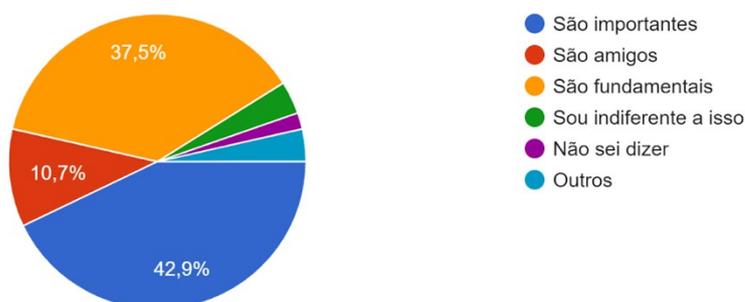
E, no ano seguinte esse jovem faz uma avaliação chamada progressão, para que caso o estudante seja aprovado irá ser progredido plenamente. Então, ao se analisar os dados sobre as retenções aqui nesse quesito buscamos analisar as dificuldades e as desigualdades educacionais que eles sofreram por perderem um ano escolar e as consequências disso.

No que diz respeito aos professores, perguntei no questionário o que os estudantes pensavam de seus professores o resultado que se deu foi o seguinte:

GRÁFICO 20 - O QUE OS ESTUDANTES PENSAM DOS PROFESSORES

23. O que você pensa dos professores?

56 respostas



Fonte: Própria Autora 2023.

No gráfico acima 42,9% consideram que os professores são importantes e 37,5% acreditam que são fundamentais, ou seja, 46 estudantes vêem os professores como personagem principal dentro de uma escola. Somado a isso, 10,7% acham que os professores são amigos. Apenas 3,6% dos entrevistados são indiferentes à questão, 1,8% estudantes não sabem dizer e 3,6% responderam a opção outros.

A análise por escolas evidencia que a Escola Regular V19, apenas 2 alunos disseram que os professores são amigos, 9 acham que são importantes e 3 acreditam que os professores são fundamentais. Na EREM I, 15 acham os professores importantes, 4 consideram que são amigos, 19 acham que são fundamentais, 2 marcaram outro, 1 disse que era indiferente a isso, e 1 não soube dizer.

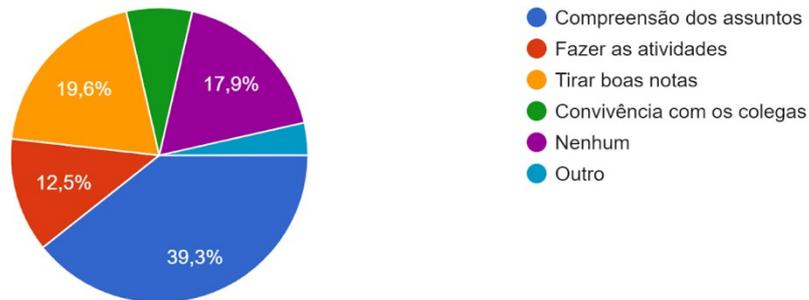
De qualquer forma, a maioria desses estudantes vêem na figura do professor um ser que além de ser importante e fundamental e amigo, é alguém que eles têm como referência e que tem muito a contribuir com eles, muito embora ainda há muito

o que se fazer para que de fato, esses profissionais sejam respeitados e valorizados como deve ser.

GRÁFICO 21 - MAIORES PROBLEMAS DOS ESTUDANTES NA ESCOLA

25. Quais são seus maiores problemas na escola?

56 respostas



Fonte: Própria Autora 2023.

Quando perguntamos aos estudantes quais eram os maiores problemas deles na escola, obtivemos as respostas como mostra o gráfico acima. 39,3% dos estudantes possuem dificuldades na compreensão dos assuntos, 19,6% dos estudantes têm problemas em tirar boas notas, 12,5% não conseguem fazer as atividades, 7,1% têm dificuldades em conviver com os colegas, e 3,6% têm outro tipo de problema. Desses, 17,9% afirmaram que não possuem nenhum problema. Mas se analisarmos mais atentamente esses dados percebe-se que as dificuldades de compreensão dos assuntos, não conseguirem tirar boas notas nem realizar as atividades escondem uma série de problemas que lamentavelmente vão sendo deixados de lado ano a ano. Quais as deficiências de aprendizagens desses estudantes? Qual o tempo ou o ambiente que eles têm para estudar?

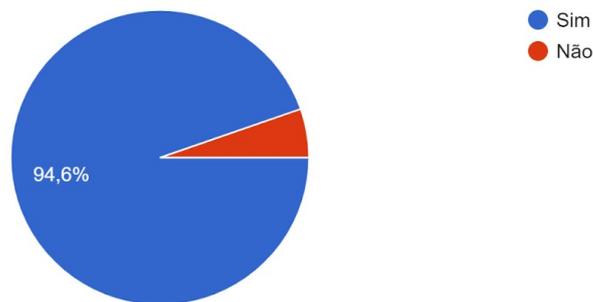
As notas baixas são só uma consequência das desigualdades educacionais que eles foram submetidos ao longo de suas vidas estudantis. Esses dados por escola ficaram assim: na Escola Regular V19, 5 estudantes possuem dificuldades na compreensão dos assuntos, 1 tem problemas para fazer as atividades, 2 possuem problemas para tirar boas notas, entretanto, 4 disseram não ter problema nenhum. Já na EREM I, 17 possuem dificuldades na compreensão dos conteúdos, 9 têm dificuldades em tirar boas notas, 6 acham que seus maiores problemas na escola é tirar boas notas, 4 acham difícil a convivência com os colegas, 1 marcou outro e 6

acham que não têm nenhum problema. Observa-se que muitos têm dificuldades na compreensão dos conteúdos, o que há por trás desses dados? É importante investigá-los mais profundamente.

GRÁFICO 22 - ACESSO À INTERNET NA CASA DOS ESTUDANTES

26. Você tem acesso à internet em sua casa?

56 respostas



Fonte: Própria Autora.

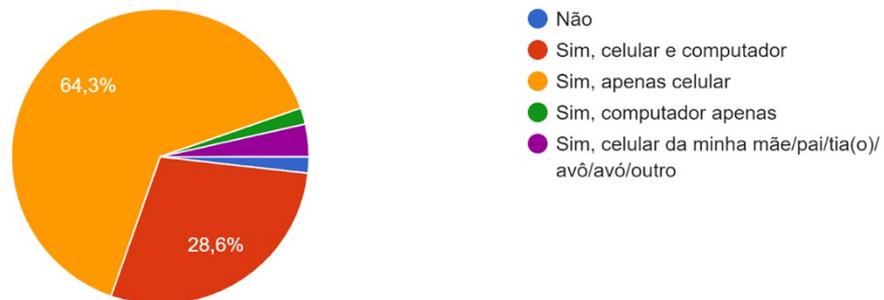
De acordo com o gráfico acima 94,6% dos estudantes têm acesso à internet em suas casas e 5,4% não têm. Na Escola Regular V19, são 12 que possuem acesso à internet em casa e 2 estudantes que não possuem. Já na EREM I, a desigualdade é muito alta, pois 41 estudantes possuem acesso à internet e apenas 1 não possui.

Então, ao buscar compreender melhor o tipo de acesso e qual a qualidade dessa internet utilizada por eles que chegamos às respostas do gráfico abaixo:

GRÁFICO 23 - ACESSO DOS ESTUDANTES ÀS MÍDIAS DIGITAIS E À INTERNET

27. Você tem celular/computador com acesso à internet?

56 respostas



Fonte: Própria Autora 2023.

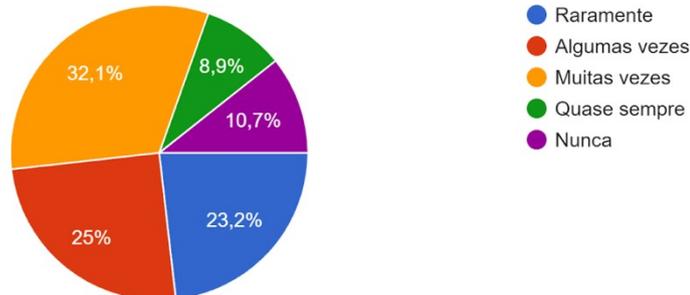
Ao questionar como é esse acesso obtivemos as seguintes respostas: 64,3% dos estudantes possuem acesso à internet apenas pelo celular, 24,6% possuem celular e computador, 2,9% se conectam pelo celular da mãe ou pai ou tia(o), avô ou outro familiar. 1,4% se conectam apenas pelo computador e 1,4% não acessam a internet nem pelo celular e nem pelo computador.

Analisando os dados por escolas, temos o seguinte cenário, na Escola Regular V19, 1 aluno não tem nem celular, nem computador e nem internet. 7 utilizam o seu celular, apenas, para ter acesso à internet, 5 possuem computador e celular e 1 estudante acessa a internet pelo celular de algum parente que pode ser pai/mãe/tio(a)/avô/avó/outro. Já na EREM I, 1 estudante possui apenas o computador para ter acesso à internet, 9 possuem celular e computador em casa, 30 estudantes possuem apenas o seu celular para se conectar e 1 estudante também só possui o celular para se conectar, mas o celular pertence a outro parente. Nessa perspectiva, penso como foi difícil as aulas remotas durante a pandemia da Covid-19 para esses estudantes.

GRÁFICO 24 - FREQUÊNCIA DE LEITURAS DOS ESTUDANTES

28. Com que frequência você costuma ler?

56 respostas



Fonte: Própria Autora 2023.

Foi perguntado se os estudantes possuíam o hábito de leitura e qual a frequência em que liam. 32,1% deles responderam que leem muitas vezes, 25% leem algumas vezes. Já 23,2% dos estudantes afirmaram que raramente leem. 8,9% quase sempre estão com algum livro e leem bastante, no entanto 10,7% nunca leem.

Em relação ao cenário por escolas temos que na Escola Regular V19, são 2 estudantes que quase sempre leem, 2 algumas vezes, 2 raramente, 2 nunca leem e 5 leem muitas vezes.

Na EREM I, 10 estudantes raramente leem, 12 afirmaram que algumas vezes leem, 13 muitas vezes, 3 quase sempre e 4 afirmaram que nunca leem. Isso pode ser refletido em seu desempenho escolar e repercute não apenas no aprendizado, mas em suas notas escolares.

Questionei acerca de que tipo de leitura eles leem e as respostas foram as seguintes:

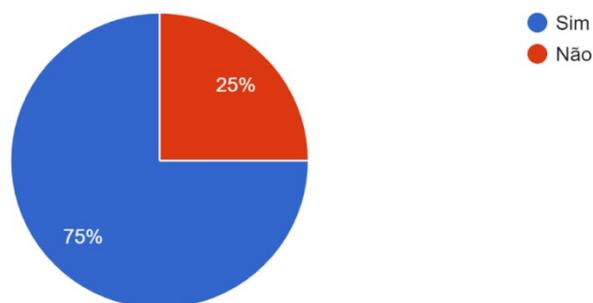
- Romances
- A Bíblia
- Suspense, ficção
- “Livros de historinhas”
- Nenhum
- Investigação
- Mangá
- Terror, drama, ficção científica

- Qualquer gênero
- Gibis
- Todos
- Inconsciente
- História da humanidade
- Biografias
- Mistérios
- Livro didático
- Fanfics, HQ
- Cordéis, contos
- Aventuras
- Documentários, reportagens
- Marketing digital
- Livros cristãos
- Livros de ensinamentos bíblicos
- Poemas, poesias
- Comportamento humano, dinheiro, negócios, vendas
- Notícias
- Posts do Instagram

GRÁFICO 25 - OPINIÃO DOS ESTUDANTES SOBRE AS COTAS PARA O INGRESSO NO ENSINO SUPERIOR

30. Você concorda com as cotas para o ingresso no Ensino Superior?

56 respostas



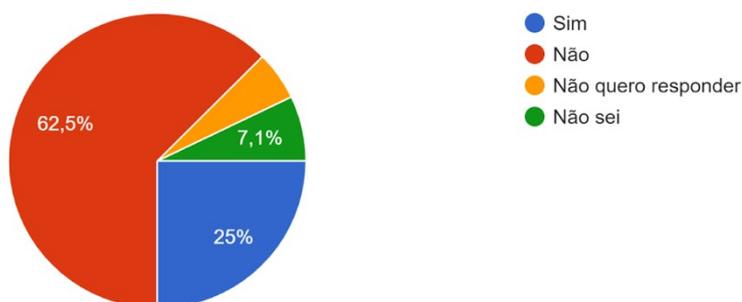
Fonte: Própria Autora 2023.

Ao questionar os estudantes sobre as cotas para o ingresso no ensino superior obtivemos as respostas como mostra o gráfico acima. Dos estudantes entrevistados 75% concordam com as cotas, entretanto 25% discordam, mesmo sendo alunos de Escola Pública. Na Escola Regular V19, 9 concordam e 5 não concordam. Já na EREM I, 34 concordam e 7 discordam, 1 estudante não respondeu. O que me levou a uma reflexão: será mesmo que eles sabem de fato do que se trata ou apenas têm uma determinada ideia que não condiz com a realidade? Ou seja, o que está sendo transmitido a eles sobre as cotas para alunos de escola pública, por exemplo, não faz parte do que eles demonstram saber. No gráfico abaixo questionei se eles, os estudantes, já haviam sofrido discriminação racial e os resultados foram o seguinte:

GRÁFICO 26 - PERGUNTA SOBRE SE JÁ SOFREU DISCRIMINAÇÃO RACIAL

31. Você já sofreu discriminação racial?

56 respostas

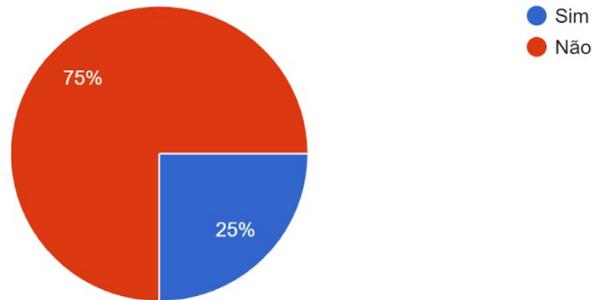


Fonte: Própria Autora 2023.

De acordo com o gráfico, 62,5% não haviam sofrido discriminação racial, 25% afirmaram que sim, 7,1% não souberam responder e 5,4% não quis responder. Isso por escola se deu da seguinte maneira: na Escola Regular V19, 6 estudantes já sofreram discriminação racial e 8 não sofreram. Já na EREM I, 27 nunca sofreram discriminação racial, 8 já sofreram, 4 não souberam dizer e 4 estudantes não quiseram responder.

GRÁFICO 27 - EXISTE IGUALDADE ENTRE NEGROS E BRANCOS NO BRASIL?

32. Você considera que os negros no Brasil possuem as mesmas oportunidades que os brancos?
56 respostas

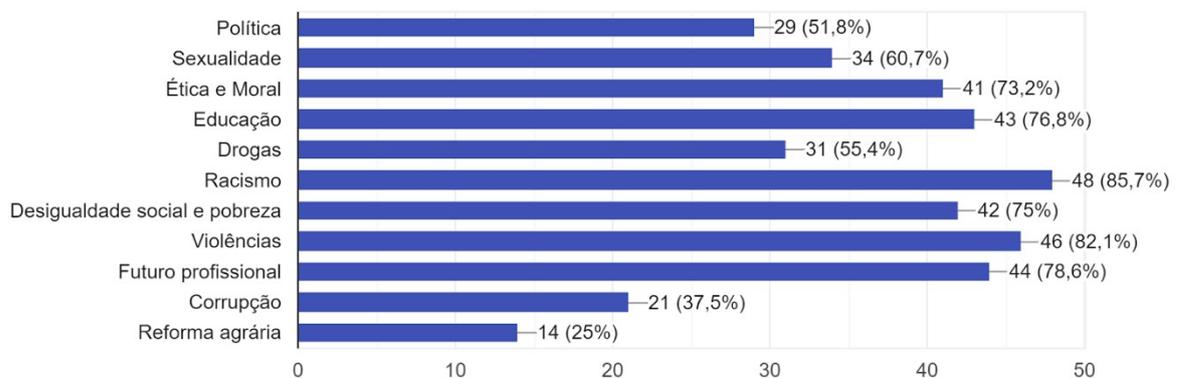


Fonte: Própria Autora 2023.

O gráfico acima demonstra outra questão muito comum e familiar a eles. 75% dos estudantes não consideram que os negros possuem as mesmas oportunidades que os brancos. Acredito que isso se deve por muitos deles serem negros ou pardos e conseqüentemente as condições e oportunidades dos pais e familiares. Já 25% acreditam que sim, brancos e negros possuem as mesmas oportunidades. Por escola, a Escola Regular V19, 7 dos estudantes acreditam que sim e 17 não concordam. Na EREM I, 11 estudantes afirmaram que os negros e brancos possuem as mesmas oportunidades no Brasil, mas 31 discordam dos colegas e dessa falácia.

GRÁFICO 28 - CONTEÚDOS CONSIDERADOS IMPORTANTES PELOS ESTUDANTES PARA SEREM DEBATIDOS NA ESCOLA

33. Marque os conteúdos que você considera que sejam importantes serem debatidos na escola:
56 respostas



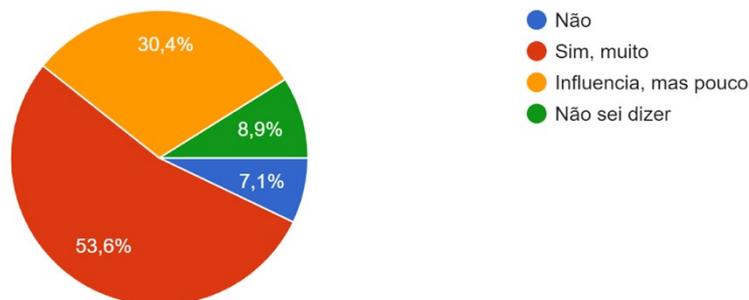
Fonte: Própria Autora 2023.

O gráfico acima mostra o que os estudantes consideram importantes as diversas temáticas a serem debatidas nas escolas. Dentre as opções uma nos chamou mais atenção que as demais que foi “Desigualdade social e pobreza”, onde 75% deles têm interesse que essa temática seja debatida na sala de aula. Isso demonstra que os problemas que eles vivenciam fora da escola os afeta bastante e que eles buscam compreender melhor, e considera a escola um lugar qualificado o suficiente para isso. O item violências obteve 82,1% de interesse dos alunos para ser debatido em sala de aula. O racismo foi escolhido como tema por 85,7% dos estudantes. Outros temas como futuro profissional, educação, drogas, ética e moral, política, sexualidade e reforma agrária também foram bem votados pelos estudantes.

GRÁFICO 29 - PERGUNTA SOBRE SE A POLÍTICA INFLUENCIA EM ALGO NA VIDA DOS ESTUDANTES

35. Você acredita que o que acontece na política influencia em algo na sua vida?

56 respostas



Fonte: Própria Autora 2023.

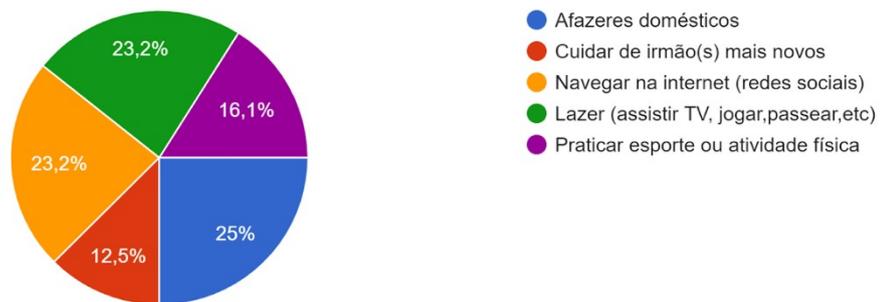
Questionamos como mostra o gráfico acima sobre o fato do que acontece na política, se eles acham que afeta a vida deles. 53,6% dos estudantes afirmaram que o que acontece na política influencia e muito a vida deles. 30,4% acreditam que influencia, mas pouco. Já 7,1% dos estudantes não acreditam nisso e 8,9% não souberam responder. Visto por escolas, destacamos que na Escola Regular V19, dois estudantes acreditam que a política não influencia em nada. Outros 4 estudantes disseram que influencia, mas pouco, 7 acreditam que influencia e muito. Apenas 1 estudante não soube dizer a respeito. Já na EREM I, 4 estudantes não souberam responder, 13 acham que influencia, mas pouco, 2 acham que não

influencia e 23 acreditam que sim, tudo o que acontece na política do nosso país influencia a todos de alguma forma. Percebe-se que muitos desses estudantes têm se aproximado mais dos acontecimentos de seu país.

GRÁFICO 30 - ATIVIDADES EXTRAESCOLARES

37. Durante a semana, fora da escola, quais são as suas principais atividades?

56 respostas



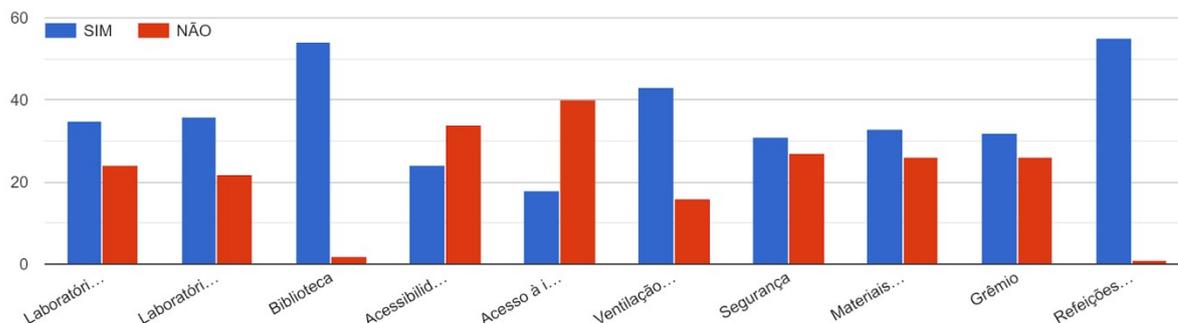
Fonte: Própria Autora 2023.

Ao questionar os estudantes sobre suas atividades fora da escola a maioria 25% tem como afazeres domésticos suas principais funções fora da escola. Já 23,1% ficam no celular, na internet e/ou redes sociais. 23,1% têm algum tipo de lazer como passear, jogar, assistir TV, entre outras atividades e um dado que realmente ainda é preocupante é que 12,5% são responsáveis pelos irmãos mais novos quando os pais não estão em casa. Será que esses jovens que ficam responsáveis tanto pela casa quanto pelos irmãos mais novos têm tempo para estudar ou realizar algo do seu interesse? São reflexões que fazemos ao nos deparar com questões tão antigas, e ao mesmo tempo tão atuais. Na Escola Regular V19, quatro estudantes são responsáveis pelos afazeres domésticos, 2 cuidam dos irmãos mais novos, 2 praticam esportes ou alguma atividade física, 3 ficam na internet, e 3 tem algum tipo de lazer. Na EREM I, 11 estudantes são responsáveis pelos afazeres domésticos, 5 cuidam dos irmãos mais novos, 9 ficam na internet, 10 tem algum lazer, e 7 fazem alguma atividade esportiva. Tudo isso é mais um dos inúmeros fatores que inserem esses estudantes em um processo de desigualdade educacional latente em nossa sociedade.

No gráfico abaixo, questiono os estudantes sobre os recursos que eles possuem em suas respectivas escolas:

GRÁFICO 31 - QUESTIONAMENTO AOS ESTUDANTES SOBRE OS RECURSOS DA ESCOLA

38. Sua escola possui esses recursos?



Fonte: Própria Autora.

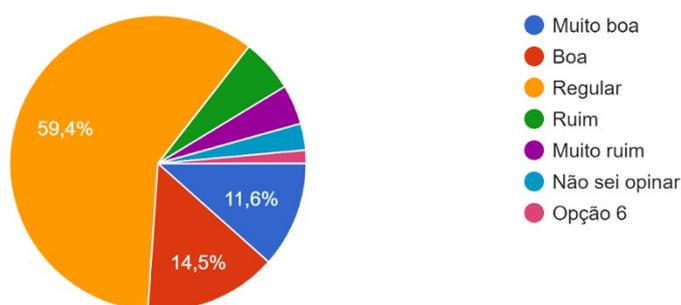
Na Escola Regular V19, sobre o laboratório de informática, 1 estudantes disseram que havia um na escola e 13 disseram que não. Perguntamos se havia um laboratório de Ciências/Química, 2 disseram que sim e 12 que não. Sobre a existência de uma biblioteca na escola 13 responderam que sim e apenas 1 disse que não existia. No que diz respeito à acessibilidade 9 responderam que a escola oferecia acessibilidade para pessoas com necessidades especiais, mas 5 disseram que não havia. Quanto ao acesso à internet 9 responderam que tinha e 5 afirmaram que não. Sobre a ventilação e a refrigeração, 11 estudantes concordaram que existia esse recurso na escola e 3 discordaram. Quanto à segurança 10 acham que a escola possui e 5 acreditam que não. Na questão sobre os materiais para a prática de atividades físicas 9 responderam que tinha e 6 disseram que não. Quando perguntei se tinha um grêmio na escola 14 disseram que não e 1 disse que tinha. Sobre as refeições os 15 responderam que a escola oferecia as refeições. Já na EREM I, ao perguntar sobre o laboratório de informática aos estudantes 34 responderam que sim, que havia um na escola e 9 responderam que não. Acerca do laboratório de Ciências/Química 32 responderam que tinha e 9 responderam que não e apenas um estudante não respondeu a essa questão. Sobre a biblioteca, 38 responderam que sim, que havia 1 na escola, 1 único estudante disse que não tinha e 3 nem respondeu que sim e nem que não. A respeito da acessibilidade, 15 responderam que tinha e 27 disseram que não. Ao perguntar sobre o acesso à internet na escola 10 estudantes responderam que existia o sinal, no entanto 33 afirmaram que esse sinal não existia. No quesito ventilação e refrigeração 32

responderam que tinha e 10 que não. Sobre a segurança 21 concordam que há na escola e 21 discordam. Sobre os materiais para prática de atividade física 24 responderam que tinha na escola e 18 que não. A respeito se existia um grêmio na escola e 31 disseram que sim e 11 afirmaram que não. E, finalmente, quando questionei sobre as refeições, se a escola fornecia para eles 41 responderam que sim e apenas 1 estudante disse que não.

GRÁFICO 32 - VISÃO DOS ESTUDANTES SOBRE A ESCOLA

39. De acordo com a sua visão, como você avalia a sua escola?

69 respostas



Fonte: Própria autora.

De acordo com o gráfico acima 59,4% dos estudantes avaliam a escola regular, ou seja, nem boa nem ruim. Já 14,5% acham a escola boa, 11,6% vêem a escola como muito boa. Desses, 5,8% acham a escola ruim, 4,3% muito ruim e 2,9% responderam que não sabem opinar. Esse gráfico demonstra a insatisfação desses estudantes com a escola em que eles estão matriculados, o que é muito ruim para o desempenho educacional deles. Na escola V19, Três estudantes acham a escola ruim, 11 acham ela regular e apenas 1 acha a escola boa. Já na EREM I, 5 estudantes acham a escola muito boa, 7 acreditam que é boa, 25 afirmaram que é regular, 1 estudante acha a escola ruim e outro acha muito ruim. Três estudantes responderam que não sabiam opinar.

Ao questionar os estudantes quais eram os maiores problemas da escola de acordo com o ponto de vista deles, muitos problemas foram elencados. Entre eles são:

- Desorganização da escola
- A infraestrutura

- A merenda
- Os alunos desinteressados
- Falta de acesso à internet
- Pouco ou nenhum direcionamento para a escolha da profissão, pouco acesso aos laboratórios
- Falta de comunicação entre professores/estudantes/gestão
- Desrespeito aos professores
- Disciplinas importantes sem professores
- Falta de acompanhamento psicológico nas escolas
- Falta de psicólogos na escola
- Falta de ventilação
- Falta de cursos
- Falta de banheiros com chuveiros para tomar banho (vestiário)
- Poucas aulas de Educação Física
- Bullying
- Segurança
- Falta de ética de alguns alunos
- Ventiladores e/ou ar-condicionados quebrados
- Falta de incentivo aos grêmios estudantis
- Limpeza
- Falta de acessibilidade
- Falta de atenção com os alunos
- Barulho demais
- Falta de ajuda para estudar para o Enem.

Percebe-se que são muitas as demandas que os estudantes compreendem que faltam ou precisam melhorar na escola em que eles/elas estudam. Acredito que é um direcionamento do que fazer para que a escola seja melhor, mais atrativa e acolhedora para os estudantes.

A desconstrução da ideia de naturalização da desigualdade é muito importante, sobretudo nas escolas. A sedimentação disso fortalece o Habitus, que como bem nos faz refletir o sociólogo Bourdieu (1989), instala-se sutilmente no

comportamento de uma sociedade circulando a partir da cultura da educação e bens simbólicos produzindo a dominação a partir da reprodução dos valores dominantes.

Pensar a relação entre indivíduo e sociedade com base na categoria *habitus* implica afirmar que o individual, o pessoal e o subjetivo são simultaneamente sociais e coletivamente orquestrados. Dessa forma, deve ser visto como um conjunto de esquemas de percepção, apropriação e ação que é experimentado e posto em prática, tendo em vista que as conjunturas de um campo o estimulam (SETTON. 2011. P.20).

Toda sedimentação da desigualdade contribui para a injustiça social e isso retrata uma violência simbólica, tendo em vista que ao terem seus direitos negados, implicitamente até a liberdade daqueles mais pobres como a maioria dos estudantes do ensino público, torna-se comprometida.

Somado a isso, a Educação Básica necessita de transformações urgentes para mudar o quadro como um todo, tendo em vista que é necessário investimento na formação de professores, nas condições estruturais e recursos da rede escolar entre outros. Neste sentido, entendemos que uma educação libertadora (FREIRE, 1996) é basilar e deve possibilitar ao educando e ao educador a leitura crítica do mundo e/ou da palavra para que se efetive a aprendizagem.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao iniciar a pesquisa, tínhamos como hipótese que o Programa de Educação Integral do Estado de Pernambuco e sua política de Escolas de Referência que não contemplava toda a rede de ensino, contribuía e sedimentavam com as desigualdades educacionais, visto que a proposta de escolas de tipos diferentes proporciona uma rede de ensino com ofertas diferenciadas para os estudantes do Ensino Médio.

E, nesse sentido, tínhamos como objetivo principal analisar as desigualdades educacionais em uma Escola de Referência com baixo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e uma Escola Regular, a partir de um olhar sociológico. Naquele momento, quis entender o que acontecia dentro das Escolas Públicas de Pernambuco, mesmo fazendo parte do quadro de professores da Rede Estadual de Ensino e vivenciando no chão da escola todos os problemas. Então fui analisar o Programa de Educação Integral da Rede Estadual de Educação de Pernambuco, busquei caracterizar as escolas de acordo com seus respectivos IDEBs e resultados das avaliações em larga escala de 2019 e quis compreender as desigualdades educacionais dos estudantes. Além disso, no intuito de atingir os objetivos, caracterizei as escolas pelos equipamentos, instalações e recursos obtidos com o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e analisando a qual a relação deles com os resultados das avaliações de larga escala.

Somado a isso, procurei analisar o corpo docente, ou seja, traçando um perfil dos professores que estão nas escolas. Se eram efetivos/concursados ou Contratados por Tempo Determinado (CTD), se possuíam formações continuadas como Especializações, Mestrado e Doutorado. Percebi que a maior parte dos docentes da EREM I possui uma maior formação continuada em relação aos professores da Escola Regular, e nesse sentido constatei que é preciso investir mais e melhor na formação desses docentes. Bem como, analisei os resultados dos discentes no recorte de 2019 nas escolas e por fim, elaborei um perfil socioeconômico deles através de um questionário elaborado no *Google Forms* aplicado nas escolas com esses estudantes do Ensino Médio. Os discentes possuem várias lacunas educacionais, tendo em vista seus percursos educacionais. Problemas que eles carregam desde os anos iniciais, e até no processo de

alfabetização e letramento. Os dados corroboram com os estudos do sociólogo Bourdieu, visto que a maior parte dos estudantes pesquisados sofreu e sofre violência simbólica, e são vítimas da reprodução das desigualdades educacionais que se configura na rede estadual de Pernambuco.

Antes de tudo, percebi que muito daqueles problemas que elenquei em minha hipótese inicial se confirmaram. Imediatamente, após iniciar a análise do Programa de Educação Integral (PEI), observei também que muito do que estava ali como orientações não condiziam com a realidade das escolas em sua totalidade. Sobretudo, no que se refere à estrutura das Escolas Integrais, ao passo que nas mesmas os problemas são semelhantes aos das Escolas Regulares. E outro fator que ficou muito gritante foi à autodeclaração do Governo Estadual de Pernambuco, através da Lei Complementar nº 125 de 2008, que declara abertamente que está criando um programa escolar com atendimento diferenciado em algumas unidades escolares no âmbito da Educação Pública do Estado. Isso significa que os estudantes que lá estiverem matriculados terão oportunidades diferenciadas dos demais, o que realmente pude observar durante a pesquisa nas escolas.

As principais conclusões foram que de fato existem desigualdades educacionais entre os estudantes a depender da escola em que eles estejam matriculados. Não se trata apenas da carga horária diferenciada, o que destacamos como um dos dados relevantes, visto que são escolas com currículos diferenciados, promovendo um abismo educacional entre o que os educandos deveriam saber para a série correspondente a que cursam e o que eles, de fato estão estudando e as condições dadas. Seja por uma deficiência em sua formação escolar cheia de lacunas ou as expectativas das escolas para com os estudantes, bem como as condições socioeconômicas e ausência de políticas públicas que ampliem as oportunidades de acessos aos bens culturais e educacionais. São fatores que se inter cruzam e favorecem o campo das oportunidades promovendo a desigualdade. Então, nesse processo, a escola reafirma uma violência simbólica e reprodução das desigualdades sofridas pelos estudantes cotidianamente.

A violência simbólica é uma violência que se exerce com a cumplicidade tácita daqueles que a sofrem e também, frequentemente, daqueles que a exercem na medida em que uns e outros são inconscientes de a exercer ou a sofrer (Bourdieu, 1994 p. 16).

Apesar da diminuição da evasão escolar e dos índices de reprovações, não significa que a escola esteja alcançando seus objetivos e metas estabelecidas, mesmo quando os números dizem o contrário. Já a Escola de Referência, que outrora instituiu padrões básicos para que uma escola pudesse ser integral, hoje desconsidera esses critérios importantes para manter estudantes dentro de uma escola em jornadas diárias de 9h por dia, ou 45h por semana. Logo, o ensino é de tempo integral, mas não de formação integral, pois não basta ampliar a carga horária sem oferecer aos estudantes uma estrutura básica para que esses jovens passem o dia na escola. É preciso que eles tenham mais atividades relacionadas às artes como a música, dança, esportes, além da base do ensino profissionalizante e um incentivo financeiro tão importante na fase juvenil, visto que não poderá se estabelecer sem tais investimentos e recursos.

Assim concordamos com Dourado (2019), quando diz que os problemas que assombram a educação brasileira afetam diretamente a democracia, e as desigualdades educacionais dentro das escolas de uma mesma rede pública de ensino. Tendo em vista que o direito à educação é constitucional, sem mencionar que estamos nos referindo a jovens que são os sujeitos vítimas dessas ações, que estão construindo identidades, possuem sonhos, fazem planos que perpassam números e a construção desses indivíduos não pode ser quantificada.

Compreendo que nessa pesquisa houve muitas limitações e que precisaria ser mais abrangente. Pois, para isso seria necessário que a coleta de dados fosse mais aprofundada, bem como o questionário que foi aplicado pudesse ser aplicado em todas as turmas de 3º anos, os resultados seriam mais pontuais.

No que diz respeito aos professores, metade deles são efetivos/concursados, ao passo que a outra metade são contratados por tempo determinado (CTD). Falta política de valorização da carreira, pois como determina a Constituição Federal o serviço público deve ser prestado por um servidor igualmente público, e para isso precisa ser concursado. Então, as vagas que hoje são ocupadas pelos professores contratados deveriam ser substituídas pelos docentes concursados e logo, servidores públicos. Isso se faz necessário e urgente porque a relação pedagógica entre professores e estudantes deve permanecer contínua no decorrer do ano letivo, e não precisar ser interrompida no meio do ano porque o contrato terminou e não pode ser renovado e os estudantes fiquem sem aulas. Além disso, é preciso que haja respeito aos trabalhadores em educação para que eles exerçam sua profissão

sem ter que se desdobrar em dois ou três vínculos, e possam investir em sua carreira e nas formações continuadas como Mestrado e Doutorado, por exemplo. E, assim, melhorar cada vez mais enquanto profissional.

Assim, ao analisar as desigualdades entre uma Escola Integral e uma Escola Regular em Pernambuco, observamos a interseção de fatores socioeconômicos, culturais e emocionais que perpetuam essas disparidades. Ações que envolvem investimento igualitário, formação de professores e programas de nivelamento podem ajudar a reduzir essas desigualdades, proporcionando uma educação mais equitativa e inclusiva para todos os estudantes. Através de esforços contínuos, é possível trabalhar para um sistema educacional mais justo para todos.

Dessa forma, é de fundamental importância reconhecer as mazelas socioculturais existentes no país, as quais fomentam a desigualdade social, tão bem orquestrada através da relação entre dominantes e dominados¹. Isso porque, diferenças socioeconômicas contribuem para a manutenção do abismo existente entre ricos e pobres, reproduzidas na escola através do capital cultural².

Entretanto, essa pesquisa aponta perspectivas para futuros estudos na área de forma que seja possível se aprofundar mais em um tema tão importante e que afeta a educação brasileira como as desigualdades educacionais.

¹Conceito Marxista o qual caracteriza a burguesia como classe dominante e o proletariado como classe dominada.

²Conceito criado por Pierre Bourdieu para explicar o conhecimento que cada classe social possui.

REFERÊNCIAS

APPLE, Michael W. **A política do conhecimento oficial: um currículo nacional faz sentido?**. Registro universitário de professores, v. 95, n. 2, pág. 222-241, 1993..

BERNARDIM, Márcio Luiz e SILVA, Monica Ribeiro da. **JUVENTUDE(S) E ENSINO MÉDIO: DA INCLUSÃO ESCOLAR EXCLUDENTE AOS JOVENS CONSIDERADOS NEM-NEM**. *Contrapontos* [online]. 2017, vol.17, n.4, pp.688-704. ISSN 1984-7114. <https://doi.org/10.14210/contrapontos.v17n4.p688-704>.

BERNARDIM, M. L.; SILVA, M. R. (2017) **Juventude(s) e Ensino Médio: da inclusão escolar excludente aos jovens considerados nem - nem**. Revista Contrapontos - Eletrônica v. 17, n. 4, Itajaí, out - dez 2017. Disponível em: <https://www6.univali.br/seer/index.php/rc/article/viewFile/10265/6972>.

BOURDIEU, P. **Condição de classe e posição de classe**. In: AGUIAR, Neuma (Org.). **Hierarquias em classes**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

BOURDIEU, P. **Os três estados do capital cultural**. In NOGUEIRA, M. A. e CATANI, A. *Escritos em educação*. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 53

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Tradução: Reynaldo Bairão. 7. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

BOURDIEU, Pierre. **A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura**. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio. (org.). 9. Ed. *Escritos de educação*. Rio de Janeiro: Vozes, 2007. p. 39-64

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

_____. **A economia das trocas simbólicas**. 5ªed. - São Paulo: Perspectiva, 2004.

_____. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Trad. Mariza Corrêa. 6. Ed. Campinas, SP: Papirus, 1996.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A Reprodução**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975. p.15-75

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico II**: introdução a uma sociologia reflexiva. Lisboa; Rio de Janeiro: Difel, 1989.

_____. **A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos.** Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira e Mariada Graça Jacintho Setton. 2. Ed. São Paulo: Zouk, 2004. Capital Cultural Herdado (Família) Competência Cultural Legítima Capital Cultural Institucionalizado (Escola)

_____. **O campo científico.** In: Pierre Bourdieu. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo, Ática, 1994 p. 61

BRASIL. IBGE. **Censo Demográfico 2010: resultados gerais da amostra.**

BRASIL. - **LEI N.º 13.415**, de 16 de Fevereiro de 2017- Diário Oficial da União - Seção 1 - 17/2/2017, Página 1 (Publicação Original)

BRASIL. **MEC-Manual do FUNDEB.** 2013. Disponível em: www.fnde.gov.br/arquivos/category/196-manuais?download...fundeb Acesso em: 25 maio 2023.

BRASIL. MEC. INEP. **Nota Técnica – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB.**

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CEB nº 38** de 2006. Inclusão obrigatória das disciplinas de Filosofia e Sociologia no currículo do Ensino Médio. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2006. Disponível em: [HTTP://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pce03806.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pce03806.pdf).

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei Nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm Acessado em 14 nov. 2022

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília: 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. **Documento final da CONAE 2010.** Brasília, DF, 2010. Disponível em: https://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Relatório do 2º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação.** Brasília: Inep, 2018.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC).** Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017.

_____. **Plano Nacional da Educação: 2011-2020: Metas e Estratégias.** Disponível em: http://fne.mec.gov.br/images/pdf/notas_tecnicas_pne_2011_2020.pdf Acesso em: 25 maio 2023

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Emenda Constitucional nº 53**, de 19 de dezembro de 2006. Dá nova redação aos arts. 7º, 23, 30, 206, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc53.htm Acesso em: 23 mar. 2022

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 11.494**, de 20 de junho de 2007. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei no 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis nos 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato20072010/2007/lei/l11494.htm Acesso em: 23 mar. 2023

_____. **Emenda Constitucional nº 59**, de 11 de novembro de 2009. Acrescenta § 3º ao art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para reduzir, anualmente, a partir do exercício de 2009, o percentual da Desvinculação das Receitas da União incidente sobre os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o art. 212 da Constituição Federal, dá nova redação aos incisos I e VII do art. 208, de forma a prever a obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos e ampliar a abrangência dos programas suplementares para todas as etapas da educação básica, e dá nova redação ao § 4º do art. 211 e ao § 3º do art. 212 e ao caput do art. 214, com a inserção neste dispositivo de inciso VI. Diário Oficial da União, Brasília, 12 nov. 2009a.

BRASIL. Constituição, 1988. **Emenda constitucional nº 95**, de 15 de dezembro de 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm. Acesso em 01 de maio de 2023

BRASIL. MEC. **Plano Decenal de Educação para Todos** – Edição Escolar. Disponível em: http://www.umcpos.com.br/centraldoaluno/arquivos/23_01_2012_184/PPE04_-_PLANO_DECENAL_DE_EDUCACAO_1993-2003.pdf Acesso em: 01 fev. 2023-08-21.

Dourado, L. F. (2019). **ESTADO, EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA NO BRASIL: RETROCESSOS E RESISTÊNCIAS**. *Educação & Sociedade*, 40(Educ. Soc., 2019 40). <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302019224639>

DUBAR, Claude. **A crise das identidades**. A interpretação de uma mutação. Porto: Afrontamento, 2006.

DUTRA, Paulo, Fernando, Vasconcelos. **Política Pública de Ensino Médio**

Integral em Pernambuco – Uma possibilidade. Seminário. ANPAE, 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática pedagógica.** 35. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 42. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, Luiz Carlos de. **Três teses sobre as reformas empresariais da educação: perdendo a ingenuidade.** *Cadernos Cedes*, Campinas, v. 36, n. 99, p. 137-153, maio - ago, 2016.

FREITAS, Luiz Carlos de. **BNCC: uma base para o gerencialismo-populista.** In: *Avaliação Educacional – Blog do Freitas*. Publicado em 07/04/2017. Disponível em: <https://avaliacaoeducacional.com/2017/04/07/bncc-uma-base-para-o-gerencialismo-populista/> Acesso em 08 de dezembro de 2022

GOMES, R.; SOUZA, E. R.; MINAYO, M. C. S.; SILVA, C. F. R. **Organização, processamento, análise e interpretação de dados: o desafio triangular.** In: MINAYO, M. C.S.; ASSIS, S.G.;

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade;** tradução de Marcelo Brandão Cipolla. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc59.htm Acesso em: 13 jan 2023-08-21

<https://educacaointegral.org.br/experiencias/pernambuco-referencia-para-educacao-integral-ensino-medio/>

https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_do_estado_de_pernambuco_censo_da_educacao_basica_2019.pdf

<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/11941>

<https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/noticias/2022/setembro/entenda-as-diferencas-entre-as-despesas-e-as-receitas-da-uniao> Acesso em 02 de agosto de 2023

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Resumo Técnico: Censo da Educação Básica Estadual 2019** [recurso eletrônico]. - Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2020.xx:il.https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_do_estado_de_pernambuco_censo_da_educacao_basica_2019.pdf

adores/resumo tecnico do estado de pernambuco censo da educacao basica 2019.df

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Políticas sociais: acompanhamento e análise. Boletim de Políticas Sociais**, Brasília, DF, n. 13, mar. 2006.

LAVAL, Christian. et al. **Neoliberalismo**. Aurora: revista de arte, mídia e política, São Paulo, v.14, n.41, p. 5-32, jun.-set. 2021

LIBÂNEO, J. C. et al. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2003.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1995 P. 21-22

NOGUEIRA, C. M. M., & NOGUEIRA, M. A.. (2002). **A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições**. *Educação & Sociedade*, 23(Educ. Soc., 2002 23(78)). <https://doi.org/10.1590/S0101-73302002000200003>

OCDE. **Panorama da educação: destaques do educationat a glance 2018**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Diretoria de Estatísticas Educacionais, 2018. Disponível em:

http://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/eag/documentos/2017/panorama_da_educacaodestaquesdoeducationataglance_2017.pdf. Acesso em: 25 jan 2023

PERNAMBUCO. **Lei Estadual Complementar nº 125**, de 10 de julho de 2008. Dispõe sobre a criação do Programa de Educação Integral. Diário Oficial de Pernambuco de 11 de jul. 2008. Recife, 2008.

PERNAMBUCO. Secretaria de Educação. **Projeto de ampliação de jornada escolar em escolas de ensino médio em tempo regular**, 2018.

_____. Currículo de Pernambuco: ensino médio. Recife PE, 2020.

POHL, David., FIORELLEI, Ileizi. **O “NOVO ENEM” em contextos escolares enquanto objeto de estudo na Pós-Graduação brasileira**. 2021

_____. Secretaria de Educação. Proposta Curricular para o Ensino Médio Integral. Recife, 2010.

SEGATTO, C.; ABRUCIO, F. **A gestão por resultados na educação em quatro estados brasileiros**. Revista do Serviço Público, v. 68, n. 1, p. 85 – 106, 2017.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. **A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea.** Revista Brasileira de Educação. No 20, p. 60 -156. Maio/Jun/Jul/Ago 2002

SILVA, Jamerson A. A. da. **Reforma do Ensino Médio em Pernambuco: A nova face da Modernização-Conservadora Neoliberal.** Revista: Trabalho Necessário. V. 19, Nº39, 2021 (Maio-Agosto). Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/48626/29245>

SILVA, Jamerson A. A. **O ensino médio em Pernambuco no contexto da lei 13.415/2017: um estudo das relações hegemônicas no âmbito da contrarreforma.** Núcleo de Formação Docente, Centro Acadêmico do Agreste, Universidade Federal de Pernambuco, 2018.

SILVA, Katharine N. P; SILVA, Jamerson A. A. **Política de Avaliação e Programa de Educação Integral no Ensino Médio da Rede Estadual de Pernambuco: os limites da centralidade da avaliação nas políticas educacionais.** Práxis Educativa, Ponta Grossa: Universidade Estadual de Ponta Grossa, v. 11, n. 3, set./dez. 2016. Pag. 736-756 disponível em <http://www.revista2.uepg.br/index.php/praxiseducativa>. Acesso em 30 de novembro de 2022

SILVA, Jamerson A. A; SILVA, Katharine, N. P. **Educação Integral no Brasil de Hoje.** Curitiba – PR: Editora CRV, 2012.

SILVA, M. R. ; SCHEIBE, L. . **Reforma do ensino médio: Pragmatismo e lógica mercantil.** RETRATOS DA ESCOLA, v. 11, p. 21, 2017.

TAYLOR, Charles. **A política do reconhecimento.** In: _____. Argumentos filosóficos. São Paulo: Loyola, 2000, p. 241.

UNESCO, OREALC. **Educação de qualidade para todos: um assunto de direitos humanos.** 2. Ed. – Brasília, 2008.

YIN, Robert k. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 4. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2010

YOUNG, M. **A superação da crise em Estudos Curriculares: uma abordagem baseada no conhecimento.** In: FAVACHO, A. M. P.; PACHECO, J. A.; SALES, S. R. (Orgs.). **Currículo, conhecimento e avaliação: divergências e tensões.** 1. Ed. Curitiba, PR: CRV, 2013. p. 11-27.

YOUNG, Michael. **Para que servem as escolas?** In: **Educação e Sociedade.** Campinas, v.28, n. 101, p. 1287-1302, set/dez, 2007.

PERNAMBUCO. Lei Complementar 125, de 10 de julho de 2008. Diário Oficial do Estado de Pernambuco – Poder Executivo, Pernambuco, PE, 11 jul. 2008. p. 3.

APÊNDICE

Questionário para o 3º ano

Prezados estudantes, sou estudante do mestrado profissional em Sociologia – Profsocio - oferecido pela Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ. Estou realizando uma pesquisa que envolve a perspectiva educacional, social e econômica para conhecer quem são os estudantes do Ensino Médio que estão matriculados nas escolas públicas do Estado de Pernambuco. E, dessa forma, te convido a participar respondendo o questionário abaixo. Você aceita? Gostaria de esclarecer que suas respostas serão anônimas, ou seja, ninguém saberá o que você respondeu individualmente.

Fonte: O questionário foi elaborado a partir de formulários de pesquisa do Programa de Iniciação Científica do Ensino Médio(PIBIC Ensino Médio-Fundaj/CNPq)

* Indica uma pergunta obrigatória

1. Qual seu e-mail?

*

2. Qual a sua idade? *

14 anos

15 anos

16 anos

17 anos

18 ou mais

3. Sua escola é integral? *

4. Qual o seu sexo? *

Feminino

Masculino

Prefiro não dizer

5. Você tem irmão(s) na escola? *

Não

Sim, 1

Sim, 2

Sim, 3 ou mais

6. De acordo com a classificação do IBGE, como você se define? *

Preto

Pardo

Branco

Indígena

Amarelo (asiático)

7. Incluindo você, quantas pessoas moram na sua casa? *

2

3

4

5 ou mais

8. Com quem você mora? *

Mãe

Pai

Mãe e irmão(s)

Pai e irmão(s)

Pai e Mãe

Outros

9. Quem é seu responsável? *

Pai

Mãe

Avô/Avó

Tio/Tia

Outros

10. Diga quem é e qual a ocupação/profissão do seu responsável? *

11. Qual o grau de escolaridade de seus pais e/ou responsáveis? (Grau de instrução):

Mãe

Pai

Outro responsável

Não estudou

Fundamental incompleto

Fundamental completo

Ensino Médio incompleto

Ensino Médio completo

Superior incompleto

Superior completo

Não estudou

Fundamental incompleto

Fundamental completo

Ensino Médio incompleto

Ensino Médio completo

Superior incompleto

Superior completo

12. Além de estudar você trabalha? *

Sim

Não, nunca trabalhei

Não trabalho agora, mas já trabalhei

13. Você contribui financeiramente com as despesas de sua casa:*

Sim, regularmente

Às vezes, quando posso

Não, nunca contribuí

Sim

Atualmente não, mas já contribuí

14. Quantos anos faz que você estuda em escola Pública?

*

1 ano

2 anos

3 anos

4 anos

5 anos ou mais

15. O que pretende fazer quando terminar o Ensino Médio? *

Arrumar um emprego

Cursar uma Universidade/Faculdade

Fazer um curso técnico profissionalizante

Iniciar um negócio

Não sei

Outro

16. Sendo um curso superior, qual curso você gostaria de fazer:*

17. Sendo um curso técnico, qual curso gostaria de fazer? *

18. O que você pensa da educação escolar? *

Importante

Sou indiferente a isso

Muito importante

Não me interessa

É ruim

Não sei dizer

19. Você acha a escola um lugar violento? *

Sim

Não

20. Você já sofreu Bullying na escola? *

Sim

Não

21. Você se sente preparado(a) para fazer o Enem? *

Sim

Não

22. Você já reprovou alguma vez? *

Sim, 1 vez

Não

Sim, 2 vezes

Sim, 3 vezes ou mais

23. O que você pensa dos professores? *

São importantes

São amigos

São fundamentais

Sou indiferente a isso

Não sei dizer

Outros

24. Quais as matérias que você mais gosta de estudar na escola? *

Português

História

Geografia

Matemática

Inglês

Sociologia
 Filosofia
 Biologia
 Artes
 Educação Física
 Química
 Física

25. Quais são seus maiores problemas na escola? *

Compreensão dos assuntos
 Fazer as atividades
 Tirar boas notas
 Convivência com os colegas
 Nenhum
 Outro

26. Você tem acesso à internet em sua casa? *

Sim
 Não

27. Você tem celular/computador com acesso à internet? *

Não
 Sim, celular e computador
 Sim, apenas celular
 Sim, computador apenas
 Sim, celular da minha mãe/pai/tia(o)/avô/avó/outro

28. Com que frequência você costuma ler? *

Raramente
 Algumas vezes
 Muitas vezes
 Quase sempre
 Nunca

29. Que tipo de leitura você lê? *

30. Você concorda com as cotas para o ingresso no Ensino Superior? *

Sim
 Não

31. Você já sofreu discriminação racial? *

Sim
 Não
 Não quero responder
 Não sei

32. Você considera que os negros no Brasil possuem as mesmas oportunidades que os brancos?*

Sim
 Não

33. Marque os conteúdos que você considera que sejam importantes serem debatidos na escola:*

Política

Sexualidade
 Ética e Moral
 Educação
 Drogas
 Racismo
 Desigualdade social e pobreza
 Violências
 Futuro profissional
 Corrupção
 Reforma agrária

34. Dentre esses temas, quais são os 3 que você tem mais interesse? *

35. Você acredita que o que acontece na política influencia em algo na sua vida? *

Não

Sim, muito

Influência, mas pouco

Não sei dizer

36. Qual o meio de transporte que você utiliza com MAIS FREQUÊNCIA para ir à escola? *

Transporte particular (carro, moto, carona, van escolar)

Uber/táxi/etc.

Transporte coletivo (ônibus, van, metrô, trem)

Bicicleta

A pé

Outro

37. Durante a semana, fora da escola, quais são as suas principais atividades? *

Afazeres domésticos

Cuidar de irmão(s) mais novos

Navegar na internet (redes sociais)

Lazer (assistir TV, jogar, passear etc.)

Praticar esporte ou atividade física

38. Sua escola possui esses recursos? *

SIM

NÃO

Laboratório de informática

Laboratório de Ciências/Química

Biblioteca

Acessibilidade

Acesso à internet

Ventilação/Refrigeração

Segurança

Materiais p/prát. de atividade física

Grêmio

Refeições (lanche e/ou almoço)

Laboratório de informática

Laboratório de Ciências/Química

Biblioteca

Acessibilidade

Acesso à internet

Ventilação/Refrigeração

Segurança
Materiais p/prát. de atividade física
Grêmio
Refeições (lanche e/ou almoço)

39. De acordo com a sua visão, como você avalia a sua escola? *

Muito boa

Boa

Regular

Ruim

Muito ruim

Não sei opinar

40. Para você, quais são os maiores problemas que a escola possui? *